



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA  
CAMPUS SEABRA

Sarah Cristina Silva Xavier

**Um estudo sociocomputacional em comunidades quilombolas de  
Boninal-BA**

Seabra - BA

7 de julho de 2022

Sarah Cristina Silva Xavier

## **Um estudo sociocomputacional em comunidades quilombolas de Boninal-BA**

**Trabalho de Conclusão de Curso** apresentado ao Curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Seabra, como requisito parcial para obtenção do título de Técnico em Informática.

Orientador: Rui Santos Carigé Júnior

Seabra - BA

7 de julho de 2022



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)  
Coordenação do Curso Técnico em Informática  
Campus Seabra

Sarah Cristina Silva Xavier

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Técnico em Informática, sendo aprovado pela Coordenação do curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Seabra.

Banca examinadora:

---

**Orientador: Rui Santos Carigé Júnior**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da  
Bahia (IFBA)

---

**Azamor Coelho Guedes**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da  
Bahia (IFBA)

---

**Benedito Rodrigues Barbosa Filho**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da  
Bahia (IFBA)

---

**Darlete de Souza Santos**

Licenciada em Pedagogia - UNEB

Seabra - BA

7 de julho de 2022

*Este trabalho é dedicado aos estudantes e moradores de áreas quilombolas.*

# Agradecimentos

Agradeço a Deus, por ter me concedido sabedoria e esforço para a construção desse trabalho. Ao IFBA - Campus Seabra, por proporcionar o alcance vasto de conhecimentos formais e culturais durante a minha caminhada acadêmica, além do acolhimento estudantil. O qual direcionou a minha chegada até aqui, e me fez enxergar que eu posso sim aos poucos, no meu tempo, ser capaz de chegar onde eu desejar estar. Assim como, no incentivo à construção desse projeto.

Agradeço ao professor Rui Carigé, por aceitar ser o meu orientador, trouxe como contribuição a sua bagagem de ser um bom educador o incentivo durante a minha jornada como estudante.

Agradeço ao senhor Jaime Cupertino, em que trouxe grandes colaborações sobre o trabalho e de ter admiração e confiança no propósito do meu trabalho.

Agradeço às cinco comunidades quilombolas boninalenses (Capão, Conceição, Cutia, Mulungu e Olhos Da'aguinha), por concederem a oportunidade da realização da pesquisa de campo.

*“A tecnologia não é obra de demônios, mas da humanidade: as tecnologias fazem parte do desenvolvimento natural de todo e qualquer ser humano.”*  
*(Paulo Freire)*

# Resumo

A pesquisa teve como objetivo analisar o grau de vulnerabilidade identificados pela não aplicação e direcionamento do letramento digital aos grupos quilombolas oriundos de Boninal (BA). Além disso, radicaliza a importância de suas formações sociais em nossa região. Tendo isso em vista, tornou-se integrante e motivacional em mesmo instante a busca no entender de quais motivos existem e perpetuam para a ausência da inclusão digital e o seu domínio ainda tardio nestes locais. Para isso, foram elaboradas pesquisas qualitativas, contribuindo no entendimento de como são gerenciadas as formações de conhecimentos educacionais e digitais nessas comunidades, o que fornecessem respostas plausíveis desses povos em relação ao seu comportamento sociodigital e socioeconômico. Para, assim, identificar quais as prováveis soluções dessa causa. É uma pesquisa predominantemente quantitativa, tendo como base a aplicação do questionário para o levantamento de dados, assim também, gráficos que apresentaram dados críticos em suporte estatístico dessas pessoas envolvidas, onde, reforçou ainda mais a problemática. Em síntese, é interessante posteriormente que criassem campos de laboratórios locais e projetos de cunho sociodigitais através de profissionais capacitados no comprometimento na aprendizagem da letragem digital, com relação aos órgãos públicos da região. Assim, reforçará o inicial propósito de incentivo da educação tecnológica digital nesse meio, articulados com as suas vivências saciáveis.

**Palavras-chave:** Letramento Digital. Comunidades Quilombolas. Educação Tecnológica.

# Abstract

The research aimed to analyze the degree of vulnerability identified by the non-application and targeting of digital literacy to quilombola groups from Boninal (BA). Furthermore, it radicalizes the importance of their social formations in our region. With this in mind, the search to understand what reasons exist and perpetuate for the absence of digital inclusion and its still late dominance in these places became integral and motivational at the same time. For this, qualitative research was carried out, contributing to the understanding of how educational and digital knowledge formations are managed in these communities, which would provide plausible answers of these peoples in relation to their socio-digital and socio-economic behavior. In order to identify the likely solutions for this cause. And a predominantly quantitative research, based on the application of the questionnaire for the collection of data, as well as graphs that presented critical data in statistical support of these people involved, where, it reinforced the problem even more. In summary, it is interesting that later they create local laboratory fields and socio-digital projects through professionals trained in the commitment to learning digital lettering, in relation to public bodies in the region. Thus, it will reinforce the initial purpose of encouraging digital technological education in this environment, articulated with their satisfying experiences.

**Keywords:** Digital Literacy. Quilombola Communities. Technological Education.



# Lista de ilustrações

Figura 1 – Quantas pessoas residem na mesma casa? . . . . .	35
Figura 2 – Quantas pessoas trabalham na mesma casa? . . . . .	36
Figura 3 – Renda mensal da casa de cada entrevistado . . . . .	37
Figura 4 – Quantidade de pessoas que exercem as atividade doméstica em sua casa	38
Figura 5 – Dias da semana que são realizados as atividades domésticas . . . . .	38
Figura 6 – Quantas horas são realizadas pela a pessoa as atividades domésticas . .	39
Figura 7 – Qual o seu nível de escolaridade? . . . . .	40
Figura 8 – Quantos dias da semana é realizados os estudos? . . . . .	40
Figura 9 – Quantos horas da semana é realizados os estudos? . . . . .	41
Figura 10 – Se já utilizaram ou não o computador . . . . .	42
Figura 11 – Nível de conhecimento em informática . . . . .	42
Figura 12 – A quantidade de acesso semanal do computador . . . . .	43
Figura 13 – Você possui computador em casa? . . . . .	44
Figura 14 – Em sua comunidade há laboratório de informática? . . . . .	44
Figura 15 – Você utiliza computador em sua escola? . . . . .	45
Figura 16 – Quais aplicativos você conhece? . . . . .	45
Figura 17 – Quais dessas peças do computador você conhece? . . . . .	46
Figura 18 – Acessa a internet? . . . . .	47
Figura 19 – Com qual frequência você acessa a internet? . . . . .	47
Figura 20 – Dos locais a baixo relacionados, em quais deles você obtém acesso a internet? . . . . .	48
Figura 21 – Quais locais de onde você acessa a internet com mais frequência? . . .	48
Figura 22 – Participa de redes sociais na internet? . . . . .	49
Figura 23 – Quais redes sociais? . . . . .	50
Figura 24 – Você acompanha notícias pela a internet? . . . . .	50
Figura 25 – Possui computador em casa? . . . . .	54
Figura 26 – Já utilizou algum computador? . . . . .	55
Figura 27 – Acesso a Internet? . . . . .	56
Figura 28 – Conhecimento em informática . . . . .	56
Figura 29 – Já utilizou Algum Computador? . . . . .	57
Figura 30 – Possui computador em casa? . . . . .	58
Figura 31 – Possui acesso a internet? . . . . .	58
Figura 32 – Locais de acesso a internet? . . . . .	59
Figura 33 – Participa de Redes sociais . . . . .	60
Figura 34 – Quais redes sociais? . . . . .	60
Figura 35 – Você acompanha as notícias pela a internet? . . . . .	61

Figura 36 – Página 1 do questionário . . . . .	67
Figura 37 – Página 2 do questionário . . . . .	68

# Lista de abreviaturas e siglas

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NTIC	Novas Tecnologia da Informação e Comunicação
PBQ	Programa Brasil Quilombola
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
TICs	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros Minas Gerais

# Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>Justificativa</b>	<b>12</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Letramento Digital, Inclusão Digital e TICs</b>	<b>14</b>
2.1.1	Alfabetização Digital x Letramento Digital	17
<b>2.2</b>	<b>O que é ser quilombola no Brasil?</b>	<b>18</b>
2.2.1	Quilombos e o acesso a políticas públicas nas comunidades	21
<b>2.3</b>	<b>Quilombos da Chapada Diamantina e Boninal</b>	<b>22</b>
2.3.1	Primeiras pegadas negras nas Lavras Diamantinas	22
2.3.2	O Campo de Boninas	24
2.3.3	O olhar do senhor Jaime Cupertino	25
2.3.3.1	Raízes dos Cupertino	27
2.3.3.2	Acesso à tecnologia digital para o bem de todos, diz o Sr. Jaime Cupertino	28
<b>2.4</b>	<b>Trabalhos Relacionados</b>	<b>28</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>32</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>34</b>
<b>4.1</b>	<b>Eixo socioeconômico</b>	<b>34</b>
<b>4.2</b>	<b>Eixo sociodigital</b>	<b>41</b>
<b>4.3</b>	<b>Um comparativo entre as comunidades</b>	<b>52</b>
<b>4.4</b>	<b>Um olhar sobre as faixas etárias</b>	<b>53</b>
<b>4.5</b>	<b>Outros resultados relevantes</b>	<b>57</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>62</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>64</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>66</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COMUNIDADES QUILOMBO- LAS BONINALENSES</b>	<b>67</b>

# 1 Introdução

A expansão da informática nos últimos tempos, tornou-a uma linguagem mais humanizada através da renovação de vários softwares em alto nível, além das NTICs (Novas Tecnologia da Informação e Comunicação), possibilitou que inúmeros usuários de comunidades diversificadas utilizassem essas ferramentas tecnológicas (smartphones, notebooks, computadores e outras tecnologias desse meio), como uma forma de garantia da resolução dos seus problemas e necessidades, inclusive, remotamente.

Por meio da colonização gerada no século XVI, contribuíram para a formação de quilombos em todo o Brasil, tornando-se uma das maiores estruturas de resistência no território brasileiro. Em que reafirmou o sistema escravista, em que tinha o papel de aniquilar esse patrimônio histórico e necessário dos seus ancestrais para a geração futura.

No entanto, mesmo que a sua liberdade fora reconhecida somente em 1888, ainda a desigualdade do cidadão quilombola portador dos direitos civis permanece. Sendo assim, o acesso à educação tecnológica bem mais que fundamental em momento de pandemia, onde o sistema de ensino propõe barreiras de aprendizagem e acessibilidade de aparelhos digitais durante aulas remotas para essas comunidades, que dependem desse acolhimento. E que tem como serventia para o enriquecimento curricular educacional nas grandes gerações.

Por tanto, é notório que essa prática necessita adentrar ainda mais em áreas carentes perante a assistência governamental, estadual e municipal. Tendo como incentivo a implantação do letramento digital desestruturando a bolha social que impede esse determinado grupo a ter o acesso ao novo modelo de comunicação global. Dessa forma, trará como serventia para a educação nas escolas da própria comunidade, caso houver, até mesmo um despertar ao novo dom que, até então, não se via.

Assim, esse trabalho dá ênfase a moradores oriundos das comunidades quilombolas da cidade de Boninal (BA), que apelam por esse receio de compreensão e do manuseio do que está por trás da tela do aparelho eletrônico, o computador.

## 1.1 Justificativa

Com a área da informática estando mais presente em um meio educacional, muitos estados brasileiros e até cidades, tendo um exemplo, a cidade de Boninal, optaram por esse método. Onde, muitos alunos utilizam esses equipamentos próprios ou não, para o desenvolvimento do estudo escolar e nas resoluções das atividades.

Porém, estudantes de comunidades quilombolas boninalenses, apresentam impasses na aprendizagem em relação à utilização dessas tecnologias, nos quais não são garantidos

com tal importância, primeiramente pelas secretarias de educação e a estrutura pedagógica, onde detém o dever.

Sendo assim, o desenvolvimento do tema deste trabalho poderá funcionar como um catalisador da demanda no ensino de informática nestas comunidades, auxiliando esses alunos a desbravar o funcionamento destas ferramentas, como uma ponte que liga a educação para o seu futuro.

Além disso, despertando a responsabilidade dos órgãos públicos educacionais de servir novos equipamentos fixos de atendimento para essas áreas, até mesmo, o surgimento de um projeto amplo e informativo preparatório, tendo como foco a situação e de serventia para essa população.

## 1.2 Objetivos

Esse trabalho tem como objetivo geral identificar e discutir aspectos sócio computacionais das cinco comunidades quilombolas boninalences.

Ao objetivo geral, estão atrelados os objetivos específicos:

- Discutir aspectos sobre Novas Tecnologia da Informação e Comunicação (NTIC), inclusão digital e letramento digital;
- Discutir situação dos quilombos no Brasil, Bahia, Chapada Diamantina e Boninal;
- Analisar trabalhos relacionados;
- Diagnosticar o letramento digital em comunidades quilombolas boninalenses.

Assim, este trabalho está dividido em seguintes seções: Referencial Teórico, no Capítulo 2, traz alguns aspectos de cunho bibliográfico, que auxiliam em suas compreensões referentes a este tema central. Além disso, são apresentadas trabalhos relacionados que somam-se às discussões deste. Logo mais, o Capítulo 3 aborda métodos utilizados para que ocorresse a construção da pesquisa. Em seguida, o resultado e a análise das pesquisas estão presentes no Capítulo 4. Com isso, finalizando, a conclusão no Capítulo 5, retratando as principais observações deste estudo e seus futuros trabalhos sugeridos em meio computacional e tecnológico destinadas às cinco comunidades locais.

## 2 Referencial Teórico

Este capítulo tratará sobre algumas concepções, as quais serviram como alicerce no desenvolvimento da pesquisa. Assim, trata-se de artigos, textos e a oralidade revisados que impulsionaram o entendimento e contribuição sobre o contexto. O estudo foi dividido em três subseções, onde a primeira expressa a inclusão das novas tecnologias digitais em um meio social. O segundo ponto, conceitua a formação histórica das comunidades quilombolas no Brasil e na Chapada-Diamantina, a prática sociocultural do reisado de Mulungu e a importância da educação digital para as comunidades, expostas durante as falas em entrevista do senhor Jaime Cupertino.

### 2.1 Letramento Digital, Inclusão Digital e TICs

De acordo com Ferreira (2009, p.118), “para muitos, tais instrumentos mudaram tanto a maneira de nos expressarmos quanto à maneira de pensarmos, alterando profundamente nossa cultura e tornando-se elementos fundamentais a serem pautados quando pensamos sobre o futuro da humanidade” (ALMEIDA, 2016, p.4).

Os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) funcionam como auxiliador nas resoluções dos nossos problemas, no aperfeiçoamento produtivo, inovativo, comunicativo e informativo. Também, no manuseamento de mecanismos tecnológicos, tendo em vista a transformação do modo de trabalho manual em uma forma mais capitalista e virtualmente presente.

Atualmente, a conexão no uso das TICs se distancia das relações sociais, políticas e econômicas. Ou seja, os mecanismos tecnológicos existem para ser usados livremente, mas, está na mão de quem quer fazer o bem para a sociedade, e não a ciência. Uma vez que, este transporte tecnológico consegue transformar o mundo, mas só é garantido com a manipulação humana. Sendo assim, o meio tecnológico é “nossa ‘interface’ com o mundo” (SILVERSTONE, 1980 apud COSTA, 2006).

Entretanto, com os avanços da tecnologia em função da comunicação e a busca do conhecimento familiarizados com programas ofertados pelas políticas públicas, transformou-se a forma que observamos a sociedade em nosso ao redor, principalmente no Brasil. O marco inicial nas políticas públicas do Brasil para a sua inserção nesse novo cenário global foi o Programa Sociedade da Informação, por meio do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999.

Em dezembro de 2000, o governo brasileiro, em função do programa, produziu o Livro Verde (TAKAHASHI, 2000), um dos primeiros passos tomados pela gestão pública.

Em Takahashi (2000, p.8) é colocada a porcentagem de uso dos provedores de “internet”, que até então, garantiam o acesso das redes nas regiões instaladas. Com isso, a quantidade se tornou algo preocupante, chegando apenas 6% dos municípios brasileiros a terem o acesso local nas redes, mesmo sendo um índice inferior à classe mais privilegiada no acesso são bastardos.

Por outro lado, nesse novo tempo houve um aumento de não navegantes virtuais, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "O número corresponde a mostra que 45,9 milhões de brasileiros ainda não tinham acesso ao ciberespaço em 2018. Este número corresponde a 25,3% da população com 1 / 4 da população com 10 anos ou mais de idade. A maioria dos que não usam a rede mundial de computadores alega não saber como navegar" (G1, 2020).

Tendo em mãos esta problemática, é notório que a falta de recursos básicos, como o saneamento financeiro ofertados de uma forma decadente pelo estado ainda estão em pé, além disso, o desemprego entre as famílias mais pobres contribui para esse percentual. Conforme publicado pela pesquisa (TIC Domicílios em 2018), diz que "a desigualdade social continua a ser fator determinante para o acesso à “internet”. Enquanto o percentual de pessoas da classe A com acesso foi de 92%, nas classes D e E o índice ficou em 48%. Ou seja, quase a metade da população pobre não entrou na rede nos três meses anteriores ao momento da entrevista, conforme o conceito utilizado.

Isto é, ser inserido digitalmente hoje é ser um cidadão informativo na interação entre a informação e a comunicação, permitindo-se evoluir assim como a tecnologia. É impossível a evolução tecnológica vir até nós, caso essa população excluída digitalmente tenha o direito de acessá-la. Sorj (2003, p.14) discorre que "embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panaceia para os problemas da desigualdade, elas constituem hoje uma das condições fundamentais da integração na vida social" (COSTA, 2006, p.3).

Já Pierre Lévy (LÉVY, 1999), afirma que a forma em que as pessoas lidam com a tecnologia e a falta de entendimento digital fortalece a exclusão social. "A questão da exclusão é crucial com o crescente desenvolvimento da cibercultura", (COSTA, 2006).

Além disso, o autor aponta o veículo digital tecnológico como uma nova forma excludente da atualidade, mas que esse ciberespaço pode ser descentralizado e direcionado para as camadas mais afetadas pelo não letramento digital. O estudo das estatísticas mostra que as maiores densidades de acesso ao ciberespaço e de uso das tecnologias digitais coincidem com os principais núcleos mundiais de pesquisa científica, de atividade econômica e de transações financeiras.

O efeito espontâneo da expansão do ciberespaço é aumentar as capacidades de controle estratégico dos centros de poder tradicionais sobre as redes tecnológicas, econômicas e humanas cada vez mais vastas e dispersas. Ainda assim, uma política voluntarista



da parte dos poderes públicos, de coletividades locais, de associações de cidadãos e de grupos de empresários pode colocar o ciberespaço a serviço do desenvolvimento de regiões desfavorecidas explorando ao máximo seu potencial de inteligência coletiva (LÉVY, 1999 apud COSTA, 2006)

A Inclusão Digital, para muitos, é um grande meio de integração entre as classes menos favorecidas, considerada como um ponto de partida na ampliação da inclusão social das mesmas.

Porém, para Neri (2003 apud COSTA, 2006, p.6), “a inclusão digital é vista como um importante fator de combate da exclusão social, contudo isso acaba se tornando apenas uma potência em alguns projetos”. Sendo assim, os não incluídos podem ficar cada vez mais excluídos não só pelo aspecto digital, mas também pelo lado social.

Ao levar o conhecimento necessário para que essas populações não sejam restringidas da sociedade, criam-se as condições para a emancipação tecnológica, que atuará como um estímulo na busca de alternativas reais de inserção social e produtiva”.

Desta forma, a Inclusão digital também favorece um canal para um lado mais privilegiado, como afilamento de oportunidades adquiridas pela sociedade.

Ademais, existem muitos autores a discutir sobre a importância da inclusão digital como também, o manuseio dos equipamentos tecnológicos, tendo como um exemplo, Silveira (2001 apud COSTA, 2006, p.18) define a exclusão digital como a falta do acesso à Internet, atendo-se para uma inclusão digital dos aspectos físicos (computador e telefone) e técnicos (formação básica em softwares).

Por esse motivo, a luta desta desigualdade contribui para uma nova globalização com direitos e deveres mais igualitários, onde influenciará no fortalecimento da cidadania e na profissionalização da formação educativa e social tecnologia à margem da sociedade. Pois, para Thompson (1998 apud COSTA, 2006, p.143), “a globalização da comunicação tem sido também um processo estruturado e desigual que beneficiou mais a uns do que a outros, e que incluiu mais rapidamente algumas partes do mundo nas redes de comunicação global do que a outras”.

Segundo os dados fornecidos pelo Mapa da Exclusão Digital (NERI, 2003), foram cerca 85% da população brasileira que perpassam diariamente o sofrimento de exclusões sociais e tecnológicas. Assim sendo, a inclusão nesse sentido, tem o dever de ampliação, cultural, social, e intelectual, trazendo mais oportunidades para essa massa populacional. Onde, “uma política mais convencional que produzirá, ou não, políticas de acesso, definindo alguma forma de serviço universal” (SILVERSTONE, 1980 apud COSTA, 2006, p.59).

Há comunidades que defendem a ideia, que o acesso universal igualitário dos saberes tecnológicos abrem alas para grandes oportunidades em várias esferas. Entretanto, esse pensamento não deve ser analisado de uma forma isolada e teórica. De acordo com Wolton

(2003 apud COSTA, 2006), “a concepção que sustenta os novos serviços de informação se baseia mais no lado do conhecimento-ação do que na democracia (e os pressupostos de igualdade e universalidade), com uma seleção que se opera pelo dinheiro e pelo nível cultural, mesmo que cada um possa acessar livremente”. Assim sendo, deve ser colocado em prática, assim entenderá as dificuldades do letramento digital em vários grupos diferenciados.

Em outras palavras, o fornecimento das ferramentas digitais em um meio democrático e educativo, fortalece não só o letramento digital na população necessitada, como também, abrange várias oportunidades advindas do meio tecnológico, ajudando no crescimento intelectual do indivíduo do seu país para o mundo, igualando a cada novo acesso da tecnologia de informação entre todos. Mas, o primeiro objetivo antes de tudo é explorar o que as tecnologias de informação podem afetar a forma de vivência destes grupos excluídos, e a partir disso, entender os seus processos e colocá-los em prática.

Com essa atitude, afirma Lévy (1999 apud COSTA, 2006), o acesso para todos sim! Mas não se deve entender por isso um acesso ao equipamento, a simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará de toda forma muito barata (...). Devemos antes entender um acesso de todos aos processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de autcartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes.

### 2.1.1 Alfabetização Digital x Letramento Digital

Quando é possível saber se o indivíduo é letrado ou alfabetizado na área da tecnologia? Para Lévy (1993 apud GARCIA, 2016), "o indivíduo precisa desenvolver estratégias para acessar, localizar, filtrar e avaliar criticamente a informação disponibilizada no ciberespaço, além de conhecer as normas que regem a comunicação mediada por computador“.

Ou seja, o sujeito alfabetizado digitalmente é aquele que possui habilidades de interpretar e utilizar ferramentas tecnológicas, como, por exemplo o computador, notebook, smartphones e principalmente a dominação dos códigos. No entanto, para adentrar no requisito do letramento, é necessário sair da limitação da (codificação e decodificação), para refletir, criticar e reproduzir esses conhecimentos em um contexto amplo social, tornando um ser crítico e analítico intervindo na sociedade que vivi.

Nesse sentido, o termo “Alfabetização Digital” significa, (GARCIA, 2016, p.14), ”a aquisição de competências básicas para o uso de computadores e também das redes, conjuntamente com o objetivo de transformar através desses meios, não somente os indivíduos, mas, também, a comunidade em que está interagindo, com uma postura de responsabilidade e sentido de cidadania.” (TAKAHASHI, 2000, p.31).

De acordo com Barton e Hamilton (1998 apud GARCIA, 2016), a partir da prática

do letramento digital, o público passa a ter uma nova forma de compreensão do uso de diversos modos de letramento na conjuntura digital.

Letramento não é o mesmo em todos os contextos; ao contrário, há diferentes Letramentos. A noção de diferentes letramentos tem vários sentidos: por exemplo, práticas que envolvem variadas mídias e sistemas simbólicos, tais como um filme ou computador, podem ser considerados diferentes letramentos, como letramento fílmico e letramento computacional (*computer literacy*). (BARTON; HAMILTON, 1998 apud GARCIA, 2016)

Assim, para uma sociedade ser considerada alfabetizada, é necessário ser letrada digitalmente. Desde que sejam aplicadas a compreensão sobre a realidade dos saberes sociais, culturais, em que concerne em casa manuseio dos ciberespaços.

## 2.2 O que é ser quilombola no Brasil?

De acordo com o portal História do Brasil.net (2005), os quilombos eram espécies de comunidades compostas por ex-escravos que fugiam das fazendas na época do Brasil Colonial. O período de maior formação dos quilombos foi entre os séculos XVI e XIX. Os quilombos tinham uma organização parecida com as aldeias africanas, de onde os quilombolas eram originários. Havia uma divisão de tarefas e todos trabalhavam. Um líder geralmente comandava o quilombo. Viviam, principalmente, da agricultura de subsistência e da pesca. Podiam viver de acordo com seus hábitos culturais africanos e praticar livremente seus cultos religiosos.

Para Ratt (2000), o conceito atribuído ao quilombo é entendido com a integração dos ex-escravos fugitivos, em que se organizaram em bandos em todo o século XVIII, combinados como emancipacionista, movimento liberal em prol do direito abolicionista. (Larchert e Oliveira, p.3).

Segundo Moura (2001), “os quilombos atravessaram gerações em toda história do Brasil, indicando a participação ativa da população negra na formação histórica e cultural da sociedade brasileira, dando destaque às identidades construídas a partir das lutas travadas no âmbito da cultura, da religião e da economia rural. Essas lutas apontam para os movimentos reivindicatórios que continuarão até nossos dias, exigindo do estado e da sociedade civil maior visibilidade para as populações quilombolas”. (Larchert e Oliveira, p.2).

A partir desses acontecimentos, originaram-se vários estudos para a mobilização do acesso das políticas públicas para a população negra e remanescente brasiliense. No entanto, essa luta pelos direitos não foi de hoje, já existia em meados de 1980, onde “o debate sobre a questão quilombola entrou no cenário político nacional e culminou no ano

de 1988 com os quilombos tornando-se matéria constitucional” (Moura, 2001). (Larchert e Oliveira, p.2).

Com isso, a Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2013) entre 2004 a 2012 identificou mais de 1.826 comunidades como quilombolas, como também, 3.524 comunidades rurais e urbanas foram identificadas em todo país. (Larchert e Oliveira, p.2)

Colocando em ênfase, o nome da Fundação Cultural Palmares é uma referência ao Zumbi dos Palmares, foi um grande líder do seu povo, o qual lutou contra os regimes escravocratas e atuou na articulação de plano de fuga nas senzalas, em que se estendia nas grandes fazendas do campo açucareiro nos acervos contemporâneos brasileiros.

Além disso, cada grupo ou comunidade detinham algum nome específico como distinção comunitária. Alguns exemplos desta classificação são as “Terras de Pretos”, nomeados pelas comunidades negras rurais em seus territórios, principalmente no Maranhão e Pernambuco. (ALMEIDA, 2002, p.38). O termo “Terra de Santo”, é atribuído às terras doadas pela Igreja Católica tendo como contrapartida a construção de uma Igreja (Reis e Silva, 1989).

E, os “Quilombolas ou Calhambolas”, é o nome jurídico indicado aos grupos compostos por diversos habitantes dos quilombos no século XVII” (RAMOS, 1996, p. 165).

Para Munanga e Gomes (2006, p. 71) “a palavra quilombo é originária da língua banto umbundu, falada pelo povo ovimbundo”, designa “um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central”. (Larchert e Oliveira, p.3).

Em consequência disso, para um bom entendimento do termo quilombo, ocorreram vários estudos sobre essa temática, em que influenciou na produção intelectual brasileira, por análise de seu processo histórico conceitual.

Conforme dito pelas as políticas públicas Larchert e Oliveira, “Os estudos sobre a temática dos quilombos entram na produção intelectual brasileira a partir da década de 1930 e a referência para compreendê-la é o quilombo de Palmares”. Ratts (2006) cita Edison Carneiro, Roger Bastide, Clóvis Moura e Décio Freitas como autores que tratam o tema como fenômeno do passado nas décadas de 1930 a 1960.” (Larchert e Oliveira, p.3).

Em comparação no contexto brasileiro, Ratts (2006) são reacionados os intelectuais Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Joel Rufino dos Santos, como os responsáveis por apresentar à academia o novo olhar do que é o quilombo, cujo o seu significado está voltado para toda resistência política e cultural dos negros brasileiros. (Larchert e Oliveira, p.3).

Conformemente dito pelas as políticas públicas (Larchert e Oliveira, p.3), ”nas décadas de 1970 e 1980, momento de crescimento da produção acadêmica brasileira sobre a temática racial, os quilombos receberam, na literatura acadêmica, as denominações de

“comunidade negra rural” e “território negro”.

Então, nesse momento, a utilização do termo quilombo passa ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta, como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece essas melhores condições de vida desde o momento em que faz parte dessa sociedade. (NASCIMENTO, 2009, p. 53). (Larchert e Oliveira, p.4).

Para Carneiro (1988,p.14), foi e é uma reafirmação da cultura de forma de vida da massa africana.

“O quilombo é, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaramos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar, uma síntese dialética” (CARNEIRO, 1988, p.14).

Muitos desses autores acreditam que há uma grande semelhança no comportamento cultural e nas vivências dos povos africanos como os quilombos afro-brasileiros. Onde a formação quilombola no Brasil tenha sido inspirada em seus afro descendentes do continente africano. Deste modo, "os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana" (Munanga,Gomes,2006, p.72). Esse simbolismo entre os povos africanos refletem como um espelho carregado por si, não só a resistência dos refugiados, mas a permanência dos saberes culturais simbólicos identitários, como também, a liberdade e a dignidade destes povos contra o regime escravista. (Larchert e Oliveira, p.3).

A partir disso, o conselho Ultramarino (órgão responsável pelo Controle Central da Colônia), define como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões nelas”(MOURA,1988, p.16). Ou seja, grupos de escravizados fugitivos que gritavam pelos os seus direitos civis encapsulados pela não aceitação da abolição da escravatura, em consentimento da sua liberdade. (Larchert e Oliveira, p.4).

Essa ideia formalizada pelo senso comum e nos livros de história, que os quilombos que viviam exilados durante a fuga no matagal em busca de sobrevivência, não se limita a isso, e sim, às buscas de direitos públicos que se reverberam até agora. Onde, é simbolizada na data do dia 2 de julho, como a busca pela resistência negra.

“O seu reconhecimento não está relacionado com uma datação histórica específica,e não se materializa mais pelo isolamento geográfico nem pela homogeneidade biológica dos seus habitantes”. [...] As Comunidades Remanescentes e os Quilombos são “grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade brasileira; em que essa identidade é base para sua organização, sua relação com os demais grupos e sua ação política” (COSTA FILHO, 2011, p.1).

Por fim, no Brasil, em 20 de novembro de 2003, formalizou-se um decreto presidencial na constituição nº.4.887 em comemoração o dia Nacional da Consciência Negra, que definiu os grupos remanescentes quilombolas: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. (BRASIL, 2003).

### 2.2.1 Quilombos e o acesso a políticas públicas nas comunidades

A garantia dos direitos públicos para as comunidades quilombolas em todo território nacional sempre foi um caso historicamente negado pelo Estado. Mas, após tanto derramamento do sangue quilombola em prol dos seus direitos, ajudou gradualmente a reverter essas condições. Segundo a Carta Magna de 1988, em que afirma o direito à terra dos quilombos e remanescentes, anunciando há tempos depois, ao Estatuto de Igualdade Racial, na lei nº 12.288, no dia 20 de julho de 2010, que estabeleceu uma estrutura de proteção de igualdade étnico-racial.

Como também, o PBQ (Programa Brasil Quilombola), lançado pela constituição (Decreto 6261/2007) que promove a consolidação das políticas públicas em áreas quilombolas. A partir disto, foram elaborados quatro eixos importantes de acesso às políticas públicas para a comunidade, pela SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial):

- Acesso à terra — execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a certificação e regularização fundiária das áreas quilombolas, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas;
- Infraestrutura e Qualidade de Vida — consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (saneamento, habitação, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;
- Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local — apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando à sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;
- Direitos e Cidadania — fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, junto às comunidades quilombolas, considerando critérios de situação de difícil acesso, impactados por grandes obras, em conflitos agrários, sem acesso à água e/ou energia elétrica e sem escola. (BRASIL, 2004, p.10).

Estes eixos estão vinculados ao comitê de onze ministérios públicos. Dentre esses

comitês, já estão inclusos Alagoas, Amapá, Goiás, Paraíba e Paraná. Com tudo, mesmo com vários programas de inclusão e cidadania no papel, na prática, há muitos quilombolas sem esses recursos. Segundo o Programa Brasil Quilombola quem conta com o Plano Brasil Sem Miséria, só nesse caso foram registrados conforme os dados da “MDS, pelo menos 74,7% das famílias quilombolas situar-se abaixo da linha de extrema pobreza” (BRASIL, 2013, p.12).

Desta forma, há muito o que melhorar na inclusão ofertada pela políticas públicas em nosso país.

## 2.3 Quilombos da Chapada Diamantina e Boninal

### 2.3.1 Primeiras pegadas negras nas Lavras Diamantinas

Baseado no levantamento realizado pelo IBGE em 2019, em estimativa de territórios de indígenas e quilombolas, foram levantados apenas na região baiana, um registro de 1.046 comunidades quilombolas. (Censo Demográfico, IBGE).

"Os indivíduos estão ligados reciprocamente pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros" (Simmel, 2006, p.17). É nesse sentido que a forma de pensamento do grande filósofo e antropólogo alemão Simmel contribui no pensamento de formação dos quilombos, não só no Brasil, mas, também, em toda a Chapada Diamantina.

Segundo o Blog Chapada Diamantina, tempos atrás, as terras de diamantinas eram habitadas por somente indígenas. No entanto, com o conhecimento de diamantes nestas regiões, proporcionou o povoamento de portugueses e africanos para o fortalecimento do comércio e a mineração de recursos naturais, entre o século XVII e XX. A relação da Chapada Diamantina com o turismo é bastante recente.

No século XVII, esta região da Bahia, que era habitada por índios, foi invadida por negros e portugueses. Neste período a economia local tornou-se a agropecuária. Desta forma a região passou a ser povoada gradativamente por fazendas e pequenas comunidades denominadas quilombos." (Chapada Diamantina, 2021).

Para Maria Eunice Rosa de Jesus Silva, a primeira existência de negros africanos na região da chapada deu-se perto do século XV. De acordo em seu estudo sobre "Rememorando a Chapada diamantina: Histórias do Mulungu", conta que, não só foi a contribuição desse povo para o trabalho escravo de extrativismo das minas e diamantes da chapada, como é citado no "blog". Mas também no compartilhamento de vivências culturais e a oralidade das suas histórias que são passadas de geração em geração.

É a partir do século XV que se iniciam os primeiros contatos dos negros africanos, seu legado cultural com a Língua portuguesa. Sabe-se que a

resistência para tratar das questões relativas às línguas negro-africanas no Brasil passa pela importância atribuída à escrita em detrimento da oralidade. No município de Seabra e região, foco desta pesquisa, encontram-se muitas comunidades negras com uma população significativa, que sobrevive a partir de um modelo de cultura eurocêntrica que, com o decorrer do tempo, viu muito dos seus costumes e valores se perdendo e/ou se transformando, ficando apenas na memória dos mais velhos que hoje são (re) lembrados com saudades. (Silva. E. J., Maria, p.8, 2006)

Maria Eunice também ressalta o afirmamento de mulheres e homens negros nestes territórios:

E como o serviço de mineração era exclusivo dos homens, as mulheres e os filhos ficavam em casa cuidando das plantações e da criação de animais. Daí surgem as comunidades, no primeiro momento, para fixar as famílias desses negros que desempenhavam as mais diversas tarefas, como vaqueiros, diaristas, pedreiros e, principalmente, garimpeiros. Com o esgotamento das minas de ouro e diamante, são obrigados a retornar para suas localidades, passando a cultivar à terra e praticar a agricultura de subsistência. (Silva. E. J., Maria, p.13, 2006)

A partir da permanência destes povos, formalizou o compartilhamento dos saberes culturais do senso comum a partir da oralidade histórica. Como, por exemplo, a aplicação de comidas típicas da região, onde, em cada localidade o mesmo prato típico tem um nome diferenciado.

A primeira pista para a presença de línguas negro-africanas foi a malamba, comida típica do município de Seabra e da região circunvizinha. Em Piatã, município localizado a aproximadamente cento e cinquenta quilômetros de Seabra, esta mesma iguaria também é denominada "quenga", pois tem como principais ingredientes a galinha e o fubá de milho. (Silva. E. J., Maria, p.13, 2006)

Em sua pesquisa bibliográfica durante o seu curso sobre “Línguas e Culturas Africanas”, constatou que, na obra “Falares africanos na Bahia” de Yeda Pessoa de Castro (2001), ressalta que, não só estas palavras como outros vocabulários da cultura Afro-brasileira são advindas de matrizes africanas, tendo como um exemplo o Congo.

Como no período em que fiz essas constatações estavam cursando a disciplina Línguas e Culturas africanas, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Yeda Pessoa de Castro, no Mestrado de Educação e Contemporaneidade, fiz uma consulta em seu livro Falares africanos na Bahia: Um Vocabulário Afro-Brasileiro e constatei que as palavras pertenciam às línguas quicongo e quimbundo do grupo banto. (Silva. E. J., Maria, p.13, 2006)

Em seu apuramento de formação das comunidades, foi realizado um levantamento de pesquisas exploratórias documental histórico arquivado nas localidades baianas como Lençóis e Mucugê e, além de gravações documentais da população mais velha e habitantes que se encontram nesta região.



Para sustentar as minhas indagações e os questionamentos, fiz um levantamento dos fatos históricos que contribuíram para a formação dessas comunidades, a partir de uma pesquisa documental nos arquivos públicos dos municípios baianos de Lençóis e Mucugê, como também através da gravação de depoimentos de habitantes locais, os mais velhos, interessar-se verificar a existência e a coexistência das marcas linguísticas dessas comunidades na formação dos falares da região. (Silva. E. J., Maria, p.13, 2006)

Além disso, para o entendimento sobre a degradação das produções regionalistas das comunidades em decorrência de crescente cultura eurocêntrica, no que corriam estas práticas culturais. Teve uma grande atenção em sua justificativa, sobre o que levou ao nivelamento da linguagem cultural destes grupos rodeados pela formação urbana.

### 2.3.2 O Campo de Boninas

O Município de Boninal, localizado na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina, pertencente ao Estado da Bahia, tendo em sua ocupação territorial 760 km<sup>2</sup>. Em seus primórdios, chamava-se Freve, simplesmente por ocorrer muitas movimentações de tropas no transporte de mercadorias e o povoamento entre as pessoas nos leitos dos rios. Logo mais, ficou conhecido como Sumidouro, onde uma certa parte do rio se escondia em meio às matas. No século XX, passou a se chamar Guarani, posteriormente, afirmou-se o nome Boninal na década de 40. Esse nome surgiu a partir de várias regiões da cidade ser banhadas por campos de Boninas, uma flor conhecida cientificamente por *Mirabilis Jalapa*, em que apreciava a beleza do local.

Conforme dito por Maria Eunice (2006), "toda a história desse município começou nos meados do século XVII, quando teve início a colonização da região, numa expansão descontrolada e silenciosa, fazendo chegar levas de homens impulsionados pela ambição ao terem notícia da descoberta das grandes jazidas de ouro da serra de Santana. Isto era o sinal de que ali deveria iniciar "um arraial", o que foi feito com muita rapidez".

Neste período, o município passava por diversas modificações do poder político, até a unificação governamental. Conforme colocado pela pesquisadora:

Por efeito do Decreto Estadual nº 7.497, de 08 de julho do ano de 1931, o município de Guarani foi extinto e seu território anexado ao de Anchieta (atual Piatã). Até a sua extinção, o município foi administrado pelos diversos intendentes municipais, sendo o 30 mais importante, na sua constituição histórica, José de Souza Guedes. No entanto, essa situação foi temporária, pois pela Lei Estadual nº 1.472 de 06 de setembro de 1961, publicada no Diário Oficial do Estado, foi restaurado o município constituído dos distritos de Boninal – Sede e Bastião. (Silva E. J., Maria, p.31, 2006)

Além disso, Boninal não só é enfeitado por recursos naturais, como a cachoeira do índio, e as dunas (Morro de areia) localizadas na comunidade do mulungu. Mas

também, as tradições quilombolas pertencentes às comunidades de (Mulungu, Capão, Olhos D'aguinha, Conceição, Cutia), onde contribuíram para a permanência dessas tradições contra a formalidade das normas europeias da Sede boninalense.

Para Maria Eunice,

Como em toda a Chapada Diamantina, Boninal é muito rico em manifestações de culturas populares. O município é conhecido pelos diversos grupos de Reis, Bumba Meu-boi, festas dos Padroeiros, festejos juninos e artesanato. As festas do Padroeiro da sede e dos povoados duram até uma semana. Entre elas, as do Senhor do Bonfim e de Nossa Senhora das Graças, na sede e a de São Sebastião na Vila de Nova Colina e na comunidade negra do Mulungu, localizada a, aproximadamente, sete quilômetros da sede. Boninal também oferece aos seus habitantes e visitantes as belezas naturais, como a Cachoeira dos Índios e Cachoeira da Cutia; dunas de areias brancas, morros e pinturas rupestres nos paredões de pedras. (Silva E. J., Maria, p.30, 2006)

### 2.3.3 O olhar do senhor Jaime Cupertino

Para o senhor Cupertino, os grupos quilombolas que habitam a região da Chapada Diamantina, principalmente as comunidades pertencentes ao município de Seabra, como o povoado da Vazante, foram intensificados entre 1870 e 1880. Nesse período, a manufatura econômica dessa região foi composta pelo cultivo da cana-de-açúcar e a extração do garimpo. Matérias-primas essas nos quais foram gerenciados pelos senhores de engenho.

Desde criança, Seu Cupertino percebia que as próprias comunidades chapadenses tinham um discurso mais fechado em relação à busca dos seus direitos e os questionamentos étnicos-raciais e sobre o sentimento de pertencimento. Pois, a época não permitia a manifestação sobre o racismo aplicado, onde a prática era camuflada pela amizade e principalmente, o medo de ter uma condição mais desigual.

Além do catolicismo fortemente presente nesse espaço, influenciou drasticamente na "reeducação cultural religiosa dos povos pretos", especialmente em terras diamantinas. Assim, todas as realizações culturais como o reisado, praticado nas comunidades quilombolas são de adoração aos santos devotos da igreja católica, não chegando a se, um reconhecimento de adorações culturais afros nos territórios negros da chapada.

Assim, dando o exemplo religioso como o candomblé, em que muitas pessoas das comunidades não reconhecem o tal seguimento, simplesmente por crescerem com outra cultura de religião dominante. Com isso, ele diz que pelo pouco de conhecimento em que contém, acha complicado a volta do seguir religiões de matrizes africanas, visto que, mesmo os dois costumes do universo africano estejam "metreados" (articulados) como o universo católico, há uma grande demanda da própria cultura perdida, além disso, muitos já estão selados pela crença católica e até mesmo seguindo um caminho evangélico.

Segundo o senhor Jaime esses coletivos viviam em um sistema de boa vizinhança onde, as comunidades de Boninal com relação aos de Seabra e região, sempre se reuniam em datas comemorativas para apreciar e festejar os santos padroeiros ou até rever um parentesco, ou um amigo(a) incluído agora.

De acordo com Cupertino, o modo de vida econômica das pessoas em comunidades funcionavam pelo individualismo muito forte, onde a questão financeira não permitia o trabalho em coletivo, pois trabalhavam onde e quando tinham oportunidades. Muitos utilizavam a sua grande capacidade no plantio para o fornecimento de suas famílias, além de dividirem o modo de trabalho com o garimpo. Dessa forma, comercializavam como lavrador tanto para as próprias comunidades quanto para as cidades.

Segundo o seu relato, passavam fome, isso porque tinham um tempo certo para o plantio e a colheita, assim com a falta do dinheiro não possibilita o abastecimento de suas casas gerando um grande êxodo rural em massa das comunidades de toda a região da Bahia para as grandes metrópoles devido à pobreza. Ainda que o trabalho no garimpo impedia de homens, mulheres e crianças terem o tempo de cuidar do solo para o cultivo. Sendo assim, quando vinham a chuva gerava um grande motivo de alegria para essas classes que já reconheciam que teriam colheita e não passariam mais fome durante esse tempo.

Em seu conhecimento, diz que não era todos os povoados que tinham em sua maioria pessoas negras, principalmente o povoado de Jatobá, onde conheceu apenas duas pessoas, sendo que um deles se chama José Preto.

Em outro relato, durante anos pela luta do conhecimento dos terrenos quilombolas em nossa região, o reconhecimento das comunidades boninalenses ocorreu de uma forma recente, tento já manifestado a presença de povos negros nesses espaços.

Neste quesito, em suas colocações o que foi deixado de legado foi a cidadania comunitária, como depois de tanta luta brasileira em prol dos direitos culturais, sociais e econômicos do povo afro-brasileiro, hoje temos vários benefícios que ajudam a todos eles. Mas que, se ficarmos parados sem continuar a luta, todos esses direitos e o sentimento de pertencimento podem ser desfeitos, visto que, quando ampliam o êxodo rural amplia o afastamento da continuação dos seus futuros descendentes sem a educação oral do berço.

Por fim, ele define a busca do legado nos direitos sociais e identitários em uma filosofia sobre a vida, assim sendo, “A vida tem três fatores. Primeiro é o querer, o segundo é saber e o terceiro é o poder”. Portanto, o querer levar a vontade do saber e buscar o entendimento de pertencimento da sua própria identidade, a partir do recolhimento dessas grandes informações em que são preciosas te leva para o poder de explorar todos os ensinamentos e compartilhá-los como uma forma de corrente, para que não se perca.

### 2.3.3.1 Raízes dos Cupertino

Ao longo da entrevista realizada com o senhor Jaime Cupertino, o mesmo conta um pouco sobre as suas raízes familiares, dando início à formação dos seus antecessores. Segundo ele, os seus pais são filhos de primos, onde a sua mãe (Maria Joana dos Santos) onde foi criada em Baixão Velho era prima carnal de seu avô em que era pai do próprio, chamado de (José Cupertino), assim com a junção familiar foram todos viverem na vazante até agora. Além disso, relata que dos onze irmãos entre homens e mulheres de seu pai, José foi o único até o Cupertino destinado pelo conselheiro do lugar.

Pois, naquela época existia um livro chamado Almanaque do Pensamento, calendário astrológico esse, que, quando nascia uma criança na sua comunidade, o seu nome era definido o guia de sua região comunitária de acordo as previsões estabelecidas na obra no segmento significativo da data. É por esse pretexto que hoje encontramos muitos Josés e Antônios e entre outros nomes coincidentes no mesmo dia. Mas essa tradição foi se acabando com a evolução da leitura e a tecnologia, tornando-se a busca mais autodidata sem o auxílio de um instrutor.

O seu Jaime ao todo tem três irmãos: Paulo Cupertino, Matilde Cupertino e Júlio Cupertino. Especialmente Júlio, o segundo filho de José depois de Matilde, teve grandes contribuições na luta social para o bem da população negra em toda a Chapada-Diamantina desde 1960, sendo o precursor da família no envolvimento da busca dos direitos étnicos-raciais, participando até como tesoureiro de uma Associação dos Amigos de Bairro. Em seguida, o senhor Jaime começou a participar dessas manifestações em conjunto com o seu irmão após vir novamente definitivamente de São Paulo para a Bahia durante o período em 1974.

Além disso, o seu irmão Júlio recebeu várias homenagens com o seu nome, como, por exemplo os movimentos estudantis como o grêmio no IFBA Campus Seabra, Câmara Municipal de Seabra e a Escola Agrícola de Seabra.

Para o senhor Cupertino, o seu irmão Júlio foi uma grande alavanca nos movimentos de políticas sociais na Bahia. No entanto, foi muito levado pelas influências colocadas pelas pessoas da elite sobre ele, limitando a sua capacidade de expansão de seus conhecimentos para vários lugares e regiões. Mas, com a sua chegada de São Paulo para a Chapada-Diamantina, novamente conseguiu ajudar o seu irmão a se desprender desses pensamentos sobrepostos a ele, levando a contribuir gradativamente para a nossa sociedade de tal forma que após o seu falecimento, em 2007, há 14 anos, ainda está sendo lembrado como o eterno Júlio Cupertino.

### 2.3.3.2 Acesso à tecnologia digital para o bem de todos, diz o Sr. Jaime Cupertino

Segundo o Sr. Jaime Cupertino dos Santos, o primeiro saber sobre as novas fontes de tecnologias eletrônicas que existiriam, foi quando ao participar dos discursos "Do que Seria Melhor Para o Brasil" em cerca de 40 anos atrás, citaram um novo aparelho eletrônico como o celular em que aproximava as comunicações em tempo real, sejam ligações ou até mesmo ver a pessoa do outro lado da tela até mesmo levá-lo na palma da mão, isso já nos Estados Unidos. Pois, naquela época o único conhecimento que tinha desse mecanismo foi o orelhão e o telefone fixo, em que eram poucos a terem o acesso, ficando assim sem acreditar dessa nova novidade como se fosse uma coisa de outro mundo. Para ele essa ferramenta até chegar até aqui dependeria durante esse tempo da forma de governo e a economia onde iria povoar o país.

Conforme dito pelo Sr. Jaime, quando se instaurou no Brasil a "internet" e os utensílios, foram poucas pessoas a ter o uso devido às questões econômicas e financeiras. Por isso, não teve oportunidade como tem agora além de ter o auxílio dos seus filhos nos ensinamentos de manuseio do aparelho de comunicação. Sendo assim, para ele há uma grande importância do letramento digital e a alfabetização digital, não só para os jovens negros, como também para todos, assim ampliará os conhecimentos e os seus direitos de acesso comunicativo em diversidade.

## 2.4 Trabalhos Relacionados

De modo a compreender melhor sobre as adversidades sócio tecnológicas enfrentadas nas localidades quilombolas em Boninal. Nesse sentido, foram necessárias pesquisas de cunho acadêmico e comunitário, em que compartilhassem nessa obra, possíveis soluções e contribuições dos mesmos como uma direção dos subsídios futuros. Esses trabalhos relacionados foram limitados, no entanto, mesmo os trabalhos serem distintos partilham ao propósito da produção.

De acordo com Oliveira; Berretta; Santos (2020), na Universidade Federal de Goiás e Goiânia(UFG), a proposta do projeto Letramento Digital foi realizada aos estudantes de origens quilombolas como também indígenas da UFG. Além disso, as atividades foram implantadas no ambiente de informática do mesmo local.

As turmas envolvidas nesse processo foram de 2019.1 contendo ao todo 23 alunos e a outra em 2019.2 possuindo apenas 15 alunos. Todos esses discentes com a faixa etária entre 20 a 25 anos, assim como, todos participantes de diferentes períodos de curso e também em áreas diversas, como (Engenharia Ambiental, Geografia, Jornalismo, Administração, Física Médica) e entre outros cursos.

Para compreenderem todo o processo de aprendizagem como as necessidades

pedagógicas e as habilidades no domínio das ferramentas digitais no setor de informática, foram desenvolvidos uma ementa com seis tópicos que são, as noções básicas de digitação, o uso e a produção de texto, produção de apresentações utilizando a ferramenta de trabalho Google Apresentações, produções de planilhas e gráficos, noções básicas do funcionamento do computador e o uso de sistema integrado da gestão de atividades acadêmicas (SIGAA).

Ademais todos esses softwares livres que são gratuitos, assim os alunos podem enriquecer a suas aprendizagens no próprio ambiente escolar sem gastar em softwares pagos.

Em um modo geral, o resultado da pesquisa, tanto o grupo 2019.1 quanto o 2019.2, apresentaram dificuldades no entendimento e a agilidade na máquina e no próprio sistema, chegando ao índice de concluintes do grupo 1 (48%) e do grupo 2 (74%).

Entretanto, na avaliação final relataram que o curso ajudou bastante no auxílio das atividades acadêmicas e na digitação no computador. Para isso, concluíram que, com a aplicação do projeto para essas bolhas nas margens de direito na sociedade, contribuíram para mais uma inclusão social no próprio espaço para além de ampliar os conhecimentos em suas vidas.

Em outro trabalho, Lima (2013), no Campus de Januária do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), relacionou a proposta do projeto com a tese de Nilton Santos (2011) Por outra Globalização, com a inclusão digital de um telecentro na comunidade quilombola de Palmeirinha no Norte de Minas Gerais. A realização da proposta de implantação do telecentro no local veio através do projeto dado pelo IFNMG, do "campus" de Januária, com o apoio da associação desses povos remanescentes.

No ano de 2012, logo após a inauguração do telecentro, chegaram até 42 jovens envolvidos. No entanto, a abertura do local não, foi algo fácil, levando um tempo de um mês em meio para ser construído, pois, o lugar não tinha um espaço priorizado para a realização das atividades, tendo que os próprios moradores em que vivem da agricultura familiar construir a residência em mutirão.

Além disso, todos os custos dos equipamentos eletrônicos foram por conta do patrocinador do projeto, conseguindo apenas 15 computadores. Em sua conclusão relatou que todo esse processo foi essencial para sair da desigualdade digital, onde muitos desse grupo não obvia condições financeiras para conter alguma ferramenta tecnológica e que a partir desta contribuição podem ter acesso bem produtivo pela primeira vez.

Conforme a pesquisa feita por Velloso; Castanheira (2019) da Universidade Estadual de Montes Claros - MG (Unimontes) e a Universidade Federal - MG (UFMG), em Belo Horizonte, destacou o diagnóstico sobre as práticas de leitura e Inclusão Digital em um telecentro na comunidade quilombola de Paineiras localizado no norte de Minas Gerais.

Assim, toda essa análise foi feita a partir do Letramento Digital em relação

aos envolvimento sociais no lugar, ou seja, como e o porquê esses grupos utilizavam o computador e “internet”, entre outras atividades envolvidas desde a instalação do telecentro no local, onde conta a capacidade de 15 computadores, 2 aparelhos de ar condicionados e 16 conjuntos de mesas e cadeiras.

Além disso, ficavam disponíveis dois instrutores entre os horários de duas horas a quatro horas da tarde, em que ajudavam os alunos a manusear o computador, explicavam como ligar o mouse, o monitor, acessar a “internet” e entre outras ferramentas virtuais do sistema operacional do software e hardware. Entretanto, havia uma demanda em questão do uso do telecentro fora dos horários, assim os moradores tinham que ir nas residências dos auxiliares para buscar a chave para abrir a sala do telecentro.

Durante as atribuições do projeto, observado pelo público com a capacitação de jovens entre 14 a 29 anos, envolvidos nas realizações de tarefas em duas modalidades, nos quais foram a modalidade de uso orientado e a outra modalidade de uso livre.

Sendo assim, chegaram à conclusão que, durante o curso orientado sobre a inclusão digital que continham palestras sobre o software livre, quais ferramentas pertenciam esse modelo e como usá-lo, assim também como funcionam as partes físicas no computador durante o particionamento de tarefas e acompanhados por apostilas impressas antes das práticas na máquina, os alunos se sentiam desmotivados, pois a aplicação não parecia condizer com a sua realidade.

Já os alunos que possuíam o uso livre, ao aprenderem abrir outras telas de pesquisa e procurarem assuntos relacionados com o tema específico ou dialogarem com parentes distantes nas redes sociais, faziam com que sentissem mais congruentes com a realidade virtual em relação ao seu ambiente social. Assim abriam vários leques para a aprendizagem do letramento digital que sem perceber já estavam sendo colocados em ação.

O que puderam concluir foi que, os objetivos reais de como a inclusão digital poderia atingir a maioria desses alunos é algo em que deve ser buscado e analisado, seja em coletivo ou individualmente. Pois, há uma falta de intenção dentre os alunos nas suas vivências socioculturais articuladas ao telecentro como uma ampliação dos conhecimentos didáticos sociáveis, mesmo com as aulas de conhecimento imperativo da máquina em relação aos seus direitos sociais de uso, ainda é distante da realidade de cada aluno.

É importante ressaltar que todos os trabalhos expostos contribuem para a elaboração e a aplicação da pesquisa. Assim, atribuiu uma boa compreensão e a atenção do objetivo final pretendido. Sendo assim, a partir de cada estudo, foram observados alguns pontos em comuns entre os autores em relação a essa pesquisa.

Tendo como o exemplo, a questão da pesquisa efetuada para as pessoas oriundas de áreas quilombolas, tornando-se cada coletivo um sujeito central da importância desses direitos diagnosticados ao acesso e o uso das ferramentas tecnológicas de cunho social.

Entretanto, é notório que, essas revisões literárias criadas por estes produtores, foram realizadas em áreas que já obtém determinados telecentros e laboratórios de informática e até mesmo alunos nos quais estão em convivência nesse ambiente.

Mesmo que em algum desses lugares tiveram dificuldades para afirmar o local de acesso democrático tecnológico, os seus principais objetivos eram compreender como essa parcela da população lhe davam a esse acervo computacional. Diferente desse trabalho, em que tem o objetivo de não só identificar nas cinco comunidades quilombolas em Boninal (Cutia, Mulungu, Olhos D'aguinha, Conceição e capão), a falta de acesso e entendimento da informática para além da adaptação tecnológica, direcionados aos requisitos computacionais. Em que, poderiam ser fornecidos a essas localidades.



### 3 Metodologia

Este trabalho tem como modo exploratório, que proporcionou um movimento participativo da pesquisadora em relação ao público alvo. Como uma agente ativa no projeto, atuou não só como analisadora na causa, assim como, presente durante a aplicação das pesquisas realizadas. Pois, todos os processos ocorridos antes e logo após a coleta de dados proporcionou levantamentos explicativos em que foram levados em relevância nas considerações finais do mesmo.

De antemão, durante as buscas sobre os materiais de pesquisa, houve muita dificuldade no recolhimento de produções relacionados tanto ao tema quanto aos históricos culturais sobre as comunidades quilombolas boninalenses.

Primeiramente, ao ir ao CRAS quilombola em conversa com os responsáveis do órgão municipal, a informação obtida foi de que não haviam publicações sobre algum projeto do cunho tecnológico ou cultural arquivados na própria sede comunitária, e já tinham um certo desejo da realização do projeto para a serventia de equipamentos tecnológicos aos alunos quilombolas em 2020 na própria cidade. Mas, com a falta de transporte para todos e a preocupação em momento de pandemia, além de poucas ferramentas, como computadores, levou ao desalento no investimento educacional.

Relizada busca no colégio estadual Rui Barbosa, em diálogo com o diretor Charles sobre o objetivo desta pesquisa, o mesmo relatou que lá também não tinham produções tecnológicas realizados por alunos, mas, obtinham produções literárias fomentados pela professora de filosofia Maria Isabel, coletados sobre esses alunos pertencentes às comunidades quilombolas desta região, tendo o principal objetivo dos discentes relatarem as suas memórias históricas culturais passadas pelos seus ancestrais através da oralidade.

Isso gerou um ponta-pé inicial para o início da produção da pesquisa. Em contato com a professora Isabel, a mesma disponibilizou a sua obra e colaborou com a obtenção de outras produções criadas por Maria Eunice, sendo “Rememorando a Chapada Diamantina: Histórias do Mulungu”, que em sua defesa de mestrado abordou sobre o processo de formação das comunidades quilombolas da chapada-Diamantina, assim como, “Pessoas, Santos e Fé: Celebrando o São Sebastião Dos Reis de Mulungu município de Boninal”, relembram os festejos culturais e religiosos da comunidade quilombola de Mulungu município de Boninal.

Diante disso, após acesso às obras citadas, algumas entrevistas foram realizadas com o senhor Jaime Cupertino, as quais foram essenciais na composição da escrita do referencial teórico. Além disso, intensificaram a compreensão de como foi estabelecido o caminho percorrido por esses povos nesta região.

Posteriormente, chegando no período para produzir as pesquisas de campo, foram pensadas, também baseadas em outras pesquisas similares efetuadas em outras localidades por outros instituições presentes na revisão dos trabalhos relacionados, quais perguntas poderiam ser coerentes e relativas às comunidades quilombolas boninalenses, centrais e importantes para análise.

Por consequência disso, foi elaborado um questionário com 28 perguntas entre a capacidade de 20 pessoas entrevistadas por comunidade, sendo as duas últimas abertas. As perguntas abordaram aspectos socioeconômicos e sociodigitais, medindo o conhecimento do próprio indivíduo e da comunidade em relação ao uso do computador.

Em um modo geral, todos esses quesitos funcionaram como um espelho refletindo a imagem de como essas cinco comunidades quilombolas Boninalenses se adequam ou se já tiveram contato com esse tipo de ferramenta tecnologia. E a partir de cada entendimento dado por eles ao decorrer da pesquisa se isso serviria ou não para eles e para a própria comunidade.

Entretanto, para ocorrer esse trabalho nas comunidades, foram necessários o retorno das atividades depois dos vinte dias após a segunda dose da vacina a Pfizer contra a Covid-19, realizada no dia 12/11/2021. Isso porque, também dependia do transporte para ir até cada comunidade entre os dois domingos seguidos, 05/12 e 12/12.

No primeiro dia da realização da pesquisa entre as comunidades Capão e Mulungu, foi observado pela pesquisadora em um modo específico, que as pessoas pertencentes a essas localidades se mostraram aparentemente desconfortáveis durante algumas perguntas do questionário em relação à renda. Especialmente os mais velhos entre 60 a 80 anos. Para alguns deles essa resposta resultaria o corte de seu direito à renda ou uma pesquisa de fraude. Deixando a aplicadora bastante preocupada sobre as futuras pesquisas e do que viria pela frente.

Ao repensar com o seu orientador o que poderia ser feito, a pesquisadora decidiu que essas perguntas sobre a condição seriam uma resposta opcional para os entrevistados das próximas comunidades, em que chegou ao resultado de não declarar renda a todas as comunidades entrevistadas de 18,3%.

Já as outras pesquisas aplicadas entre os dias 09/12 e 12/12 nos quilombos da Conceição, Olhos D'aguinha e Cutia, se demonstraram mais confiáveis no poder do questionário, porém alguns optaram a não declarar a renda como os outros grupos.

Contudo, das cinco comunidades entrevistadas, nenhuma conseguiu ser atingida pela quantidade de 20 pessoas interrogadas. O questionário aplicado está disponível no Apêndice A deste trabalho.

## 4 Resultados e Discussões

Este capítulo apresenta os resultados obtidos, através da pesquisa realizada, conforme os questionários aplicados ao público alvo. No caso, às cinco comunidades quilombolas Boninalense. Assim, esta análise trará determinadas soluções concedidas a esta problemática relacionada ao tema em questão. Em um modo geral, cada dado apresentado por esses grupos serão observados conforme as questões socioeconômicas e sociodigitais de cada indivíduo para assim compreender e ratificar a importância do letramento digital.

### 4.1 Eixo socioeconômico

Ao realizar a pesquisa com variadas pessoas pertencentes a esses grupos quilombolas, em que se adequa a essas cinco comunidades como (Capão, Mulungu, Olhos D’Aguinha, Conceição e Cotia). Sendo que, em todo foram 60 respostas efetuadas no questionário. Tendo Mulungu como a maior comunidade entrevistada com 30% Capão 23,3%; Cotia 16,7%; Olhos D’Aguinha 15%; e Conceição 15%. Além disso, a maioria destes entrevistados foram do sexo feminino em base de 63,3% entre as faixas etária 12 a 16 anos e também com o estado civil de 43,3% solteira(o).

Sendo assim, é notório nas figuras abaixo uma certa desmotivação de n.º questões ao decorrer da pesquisa aplicada em relação a uma certa parte do grupo. Em que, se aplicam entre as faixas etárias que obtiveram menos participações no questionário sendo os de 17 a 20 anos, 21 a 24 anos com 8,3% e de 25 a 30 anos a 10%. Também a população mais velha, entre as idades de 41 a 50 de 8,3%, 61 a 70 de 11,7% e especialmente os de 71 a 80 anos que infelizmente foram 5%, tornando-se a bolha com o menor índice de entrevistados.

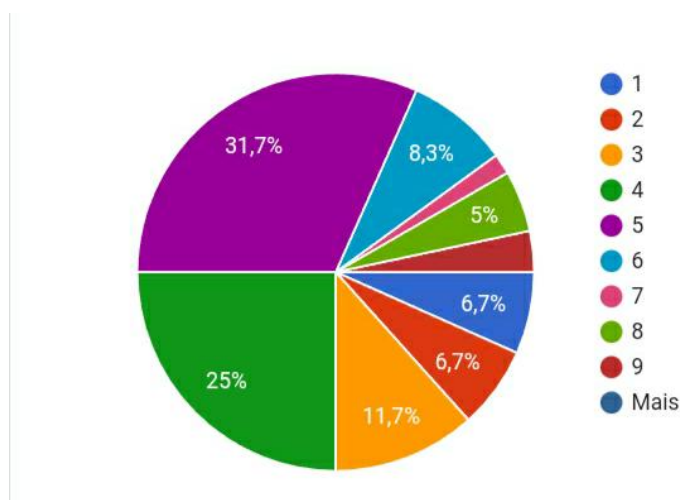
Isto porque, a maioria destes percentuais também fazem parte do sexo masculino de 36,7%. Além disso, inclui também o estado civil em proporção de 38,7% casada(o), 5% entre divorciada(o) e viúva(o), separada(o) e de união estável com 3,3%. Entretanto, somente a condição outros com apenas 1,7%.

Todos esses parâmetros se adequam à vulnerabilidade social. Para os autores como Prati, Couto e Koller (2009, p.404), são famílias que apresentam em seu meio vulneráveis e frágeis os fatores sociais.

Essas condições como, a necessidade de trabalho, nível de escolaridade, trabalhos domésticos ainda reverberam prejudicialmente a estas pessoas de comunidades quilombolas equivalente as mesmas faixas etárias, sexo e até mesmo o estado civil. No qual, ainda são suscetíveis a condições sociais e educacionais mais avançadas.

A Figura 1 evidencia a quantidade de pessoas que residem na mesma casa do indivíduo. No todo, o resultado demonstrou que, em 19 (31,7%) moradores visitados, 5 cidadãos dividem o mesmo espaço. Já com outros entrevistados, desses 15 (25%) relataram que dividem o espaço para 4 pessoas. No caso dos 7 moradores entrevistados compartilham a moradia com 3 pessoas tendo como apuramento 11,7% e apenas 2 pessoas entrevistadas, residem em sua moradia com 9 membros ao todo, tendo a porcentagem de 3,3%. Com isso, percebe-se que os grupos que não recebem a renda ou até mesmo obtêm até 1 salário mínimo também pertencem à vulnerabilidade de direitos sociais.

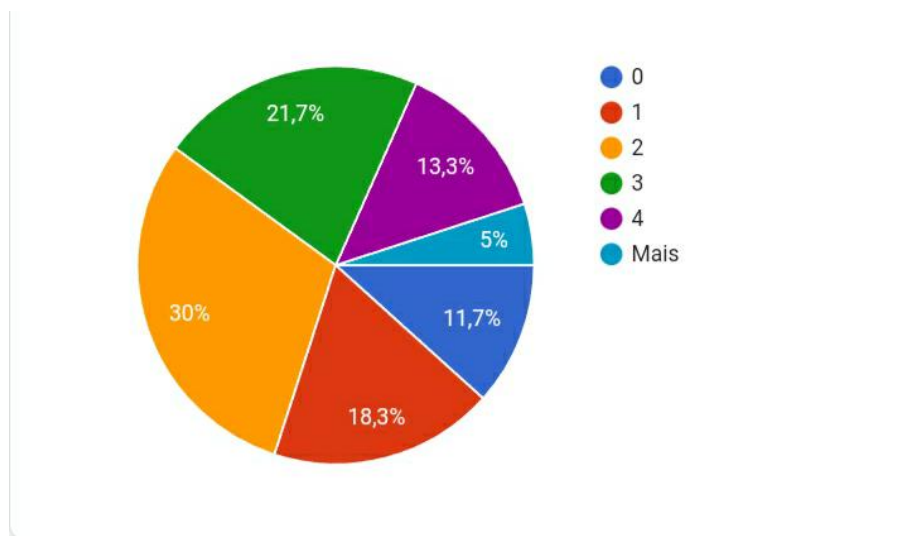
Figura 1 – Quantas pessoas residem na mesma casa?



Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 2 aborda no gráfico quantas pessoas da mesma casa do entrevistado trabalham. Assim, dos 18 (30%) entrevistados, só trabalham 2 pessoas de sua casa. Das 13 (21,7%) interrogadas, relataram que em sua moradia trabalham 3. Além disso, das 11 (18,3%) entrevistadas, apenas 1 pessoa trabalha. Das 8 (13,3%) responderam que, 4 pessoas realizam trabalho. Já das 3 entrevistadas só 5% das disseram ter em sua residência mais de 4 pessoas trabalhando. Entretanto, 7 (11,7%) responderam que ninguém de sua moradia executa trabalho formal.

Figura 2 – Quantas pessoas trabalham na mesma casa?

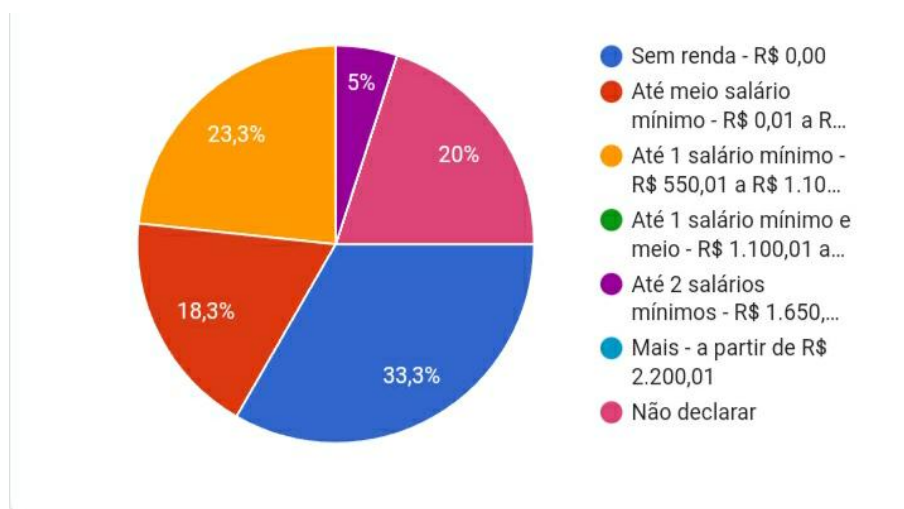


Fonte: Própria autora, 2022.

Mesmo que a maior quantidade de moradores tenha a porcentagem mínima (3,3%), como também o desemprego de (11,7%) dos entrevistados, para Silva (2007, p.3) “as populações atingem um elevado grau de vulnerabilidade que não podem conseguir escolher ou negar aquilo que lhes é oferecido”. Pois, essas condições precárias impedem o indivíduo a avançar-se em uma melhor qualidade de vida.

A Figura 3 trata sobre a renda mensal de cada indivíduo entrevistado. Conforme o gráfico, 33,3% não recebem renda, assim, 20 pessoas das 5 comunidades não têm acesso a nenhum quesito de renda. Já até 1 salário mínimo, são ofertados a 14 pessoas interrogadas, ou seja, 23,3%. 18,3% chegam a ser 11 entrevistados a receberem apenas meio salário mínimo. No entanto, 20%, representam 12 de cada entrevistados que não declararam a renda mensal. Somente 5% dos 3 interrogados recebem 2 salários mínimos.

Figura 3 – Renda mensal da casa de cada entrevistado



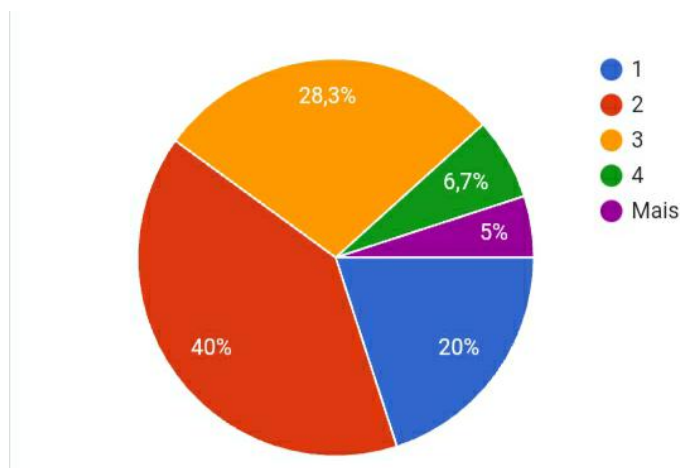
Fonte: Própria autora, 2022.

Em outras palavras, torna-se observado que a maioria da população quilombola 33,3% não obtém o acesso à renda por cabeça. Com isso, quanto mais essas famílias não são ofertadas por benefícios socioculturais e econômicos além da fonte do trabalho, tende a diminuir o conforto de sobrevivência econômica.

Para Hoffmann (1973), durante o período militar no Brasil (1969 – 1973), denominado o período "milagre", houve um grande crescimento econômico. No entanto, alavancou a desigualdade e a má distribuição de renda no país. Apesar de que, essa época não é a principal responsável por essa causa, mas, reforçou o impacto da distribuição de renda atualmente.

A Figura 4 exibe sobre a quantidade de pessoas em uma residência que realizam atividades domésticas. Logo, 24 (40%) relataram que, 2 pessoas em sua casa realizavam as atividades domésticas. Já 17 (28,3%) dos entrevistados, responderam que 3 pessoas exercem os afazeres. 12 (20%) disseram que apenas 1 realiza as tarefas. Porém, 4 (6,7%) declararam que 4 colocam em prática os deveres domésticos. 3 (5%), afirmaram serem mais de quatro membros que são responsáveis pelo cuidado da casa.

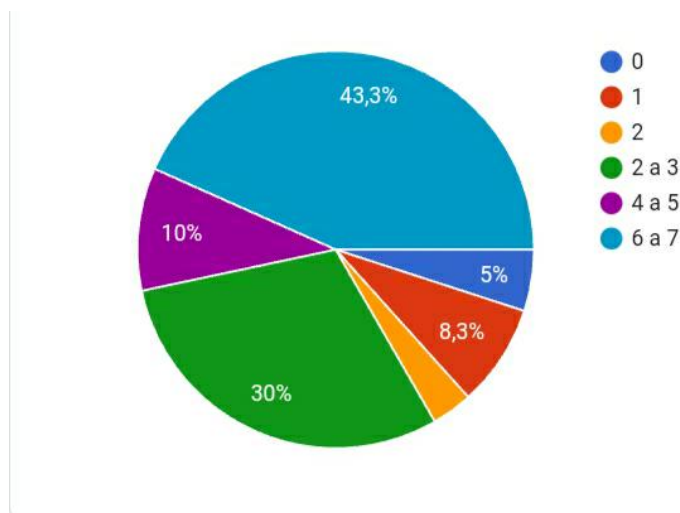
Figura 4 – Quantidade de pessoas que exercem as atividade doméstica em sua casa



Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 5 retrata a quantidade de dias em que atividades domésticas realizadas durante a semana. Em média, 26 (43,3%) disseram que realizam as atividades de 6 a 7 dias. Já 18 (30%) realizam de 2 a 3 dias da semana. 6 (10%) fazem a 4 e 5 a diária. 5 (8,3%) realizam apenas 1 dia na semana. 2 (3,3%) praticam de 2 a 3 dias. Entretanto, 3 (5%) não exercem essa responsabilidade.

Figura 5 – Dias da semana que são realizados as atividades domésticas

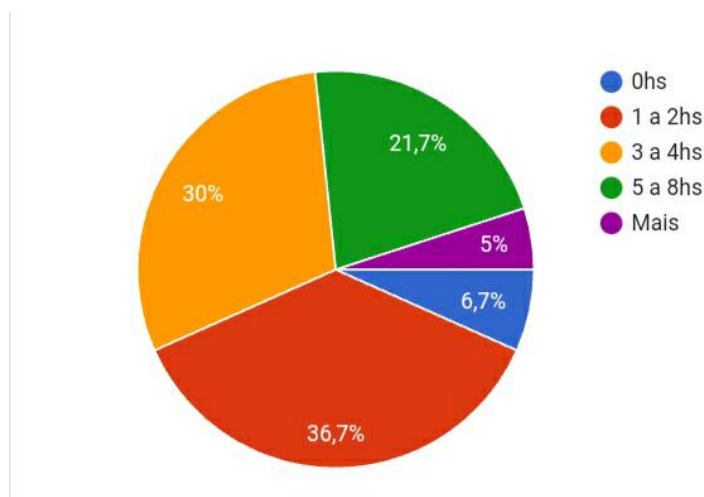


Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 6 apresenta a quantidade de horas realizadas do trabalho doméstico exercidas pelos entrevistados. Tendo em vista isto. 22(36,7%) das pessoas entrevistadas, relataram que levam de 1 a duas horas realizando esse tipo de atividade. No caso dos 30%, 18 entrevistados responderam que executam as atividades de 3 a 4 hs.13 (21,7%) e levam

o tempo de 5 a 8 hs. Porém, 5% que equivale a 3 pessoas entrevistadas afirmaram que os trabalhos domésticos ocorrem a mais de 8 h. Somente 4 (6,7%) não desempenham esses serviços.

Figura 6 – Quantas horas são realizadas pela a pessoa as atividades domésticas



Fonte: Própria autora, 2022.

Mesmo que, apenas 5% representando mais de 4 pessoas que realizam as atividades domésticas em relação aos 40%. Além do que, 43,3% e 21,7% levam para realizar os afazeres de 6 a 7 dias, supondo de 5 a 8 horas ou até a mais de 8 h os 5%. Poderiam ser majoritariamente de sexo de feminino, ademais, 43,3% são jovens entre 12 a 16 anos. Onde, por motivos de vulnerabilidade social a desigualdade de gênero em seu espaço e o não incentivo educacional para os mesmos, ocupam a maioria dos trabalhos domésticos.

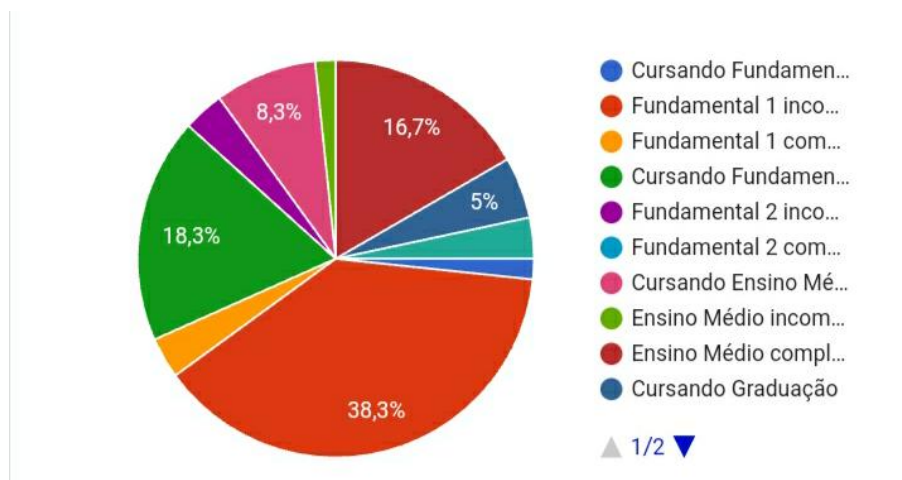
Segundo Crenshaw (2002), “por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível”.

Partindo desse pressuposto, é evidente que então as mulheres quilombolas, até mesmo jovens, estão reféns da estrutura social. Claramente da subordinação intencional. Nos quais, tem o seu modo de vida mastigado e fragilizado pelos grupos dominantes.

A Figura 7 relata o nível de escolaridade. Conforme os dados (38,3%) no que corresponde a 23 entrevistados obtém o fundamental 1 incompleto. 11 (18,3%) estão cursando o fundamental 2. 10 (16,7%) concluíram o ensino médio. 5 (8,3%) continuam cursando o ensino médio. 2 (3,3%) finalizaram o fundamental 1. Entretanto, 2 (3,3%) apresentam o fundamental 2 incompleto. Além disso, 1 (1,7%) não concluiu o ensino médio. E, 1 (1,7%) continuam cursando o fundamental 1. Mas, 3 (5%) cursam a graduação. E, 2 (3,3%) têm a graduação completa.



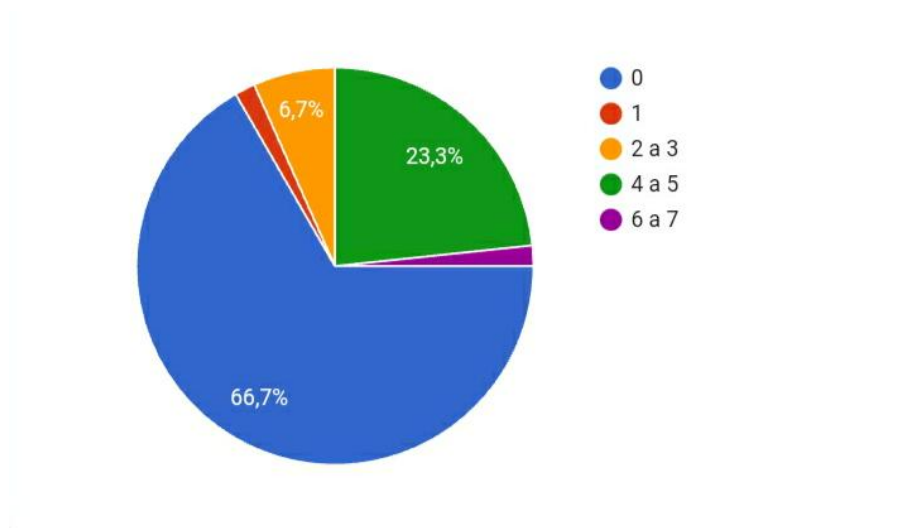
Figura 7 – Qual o seu nível de escolaridade?



Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 8 retrata quantos dias da semana o entrevistado estuda, sendo assim, 66,7% não estuda, ou seja, cerca de 40 pessoas das cinco áreas quilombolas não vão ou pararam de ter acesso à rede escolar. 23,3% que corresponde a 14 entrevistados estudam de 4 a 5 dias. 4 (6,7%) frequentam de 2 a 3 dias. Já, 1 (1,7%) exerce a prática escolar somente 1 dia. Contudo, a mesma porcentagem (1,7%) realiza os estudos de 6 a 7 dias.

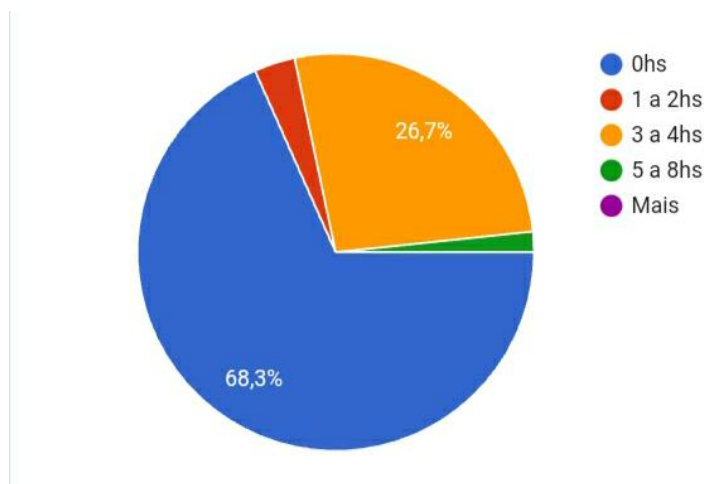
Figura 8 – Quantos dias da semana é realizados os estudos?



Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 9 trata da capacidade de horas estudadas dos interrogados, 41 (68,3%) não praticam os estudos. No entanto, (26,7%) levam de 3 a 4 horas de estudo. E, 2 (3,3%) estudam de 1 a 2h. Porém, (26,7%) a qual apenas 1 pessoa mantém o foco na aprendizagem de 5 a 8h.

Figura 9 – Quantos horas da semana é realizados os estudos?



Fonte: Própria autora, 2022.

Com tudo, para compreender a situação de impactos educacionais dos negros quilombolas atualmente no Brasil. É necessário voltar um pouco ao contexto educacional histórico. Durante o período de escravidão brasileira de 1530 a 1888, muitos cativos homens, mulheres e crianças foram excluídos do acesso educacional de índole formal, além de não usufruírem dos recursos básicos de saúde.

Conforme Silva e Araújo (2005 apud ALMEIDA; SANCHEZ, 2016), para eles foi muito difícil o entendimento da importância da educação fornecidos aos negros, pois a sociedade brasileira vivia mergulhados na discriminação racial tornando-se impossível adquirir algum quesito de instrução ou até mesmo técnicas de escrita e leitura para essa população.

Sendo assim, é evidente o quanto isso se tornou presente ainda atualmente nas comunidades quilombolas específicas do município. Em que, 38,3% nem chegaram a concluir o fundamental 1, além do mais, 66,7% e 68,3% não estudam e não realizam mais os estudos. Tornando-se um problema para o próprio lugar em que, mesmo com as raízes ancestrais presentes em seu cotidiano, é fundamental a educação servir como uma via de mão dupla no direcionamento de seus futuros educacionais sejam dos mais velhos até as crianças. Assim, proporcionará com que seus direitos de servir como cidadãos evoluam assim como a aprendizagem.

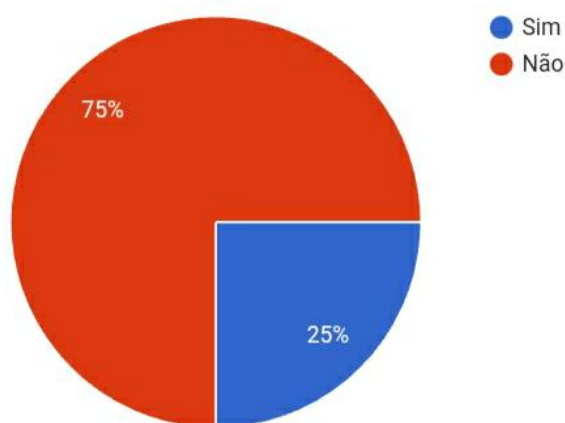
## 4.2 Eixo sociodigital

A partir do desenvolvimento de perguntas sociodigitais nas cinco comunidades quilombolas, percebe-se que o letramento digital foi o ponto de partida para o caminho de reflexões. Especialmente se o tema foi importante ou não para este público em relação ao

seu ponto de vista.

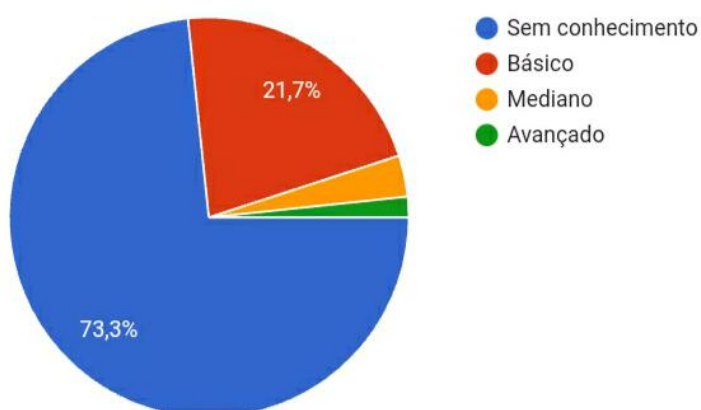
Sendo assim, ao decorrer das pesquisas aplicadas na questão 13 (Figura 10), que relata sobre o entrevistado já teria utilizado um computador ou não e também a pergunta 14 (Figura 11), a qual situa o nível de conhecimento em informática. Para muitos, 45 (75%) dos interrogados que responderam não ter acesso a um computador, apenas 15 (25%) obteve em algum momento o uso do eletrônico. Já no quesito 14, 44 (73%) relataram que não tem esse tipo de conhecimento. 13 (21,7%) responderam ter um conhecimento básico. 2 (3,3%) adquiriram medianamente. Porém, 1 (1,7%) disse ter o entendimento avançado.

Figura 10 – Se já utilizaram ou não o computador



Fonte: Própria autora, 2022.

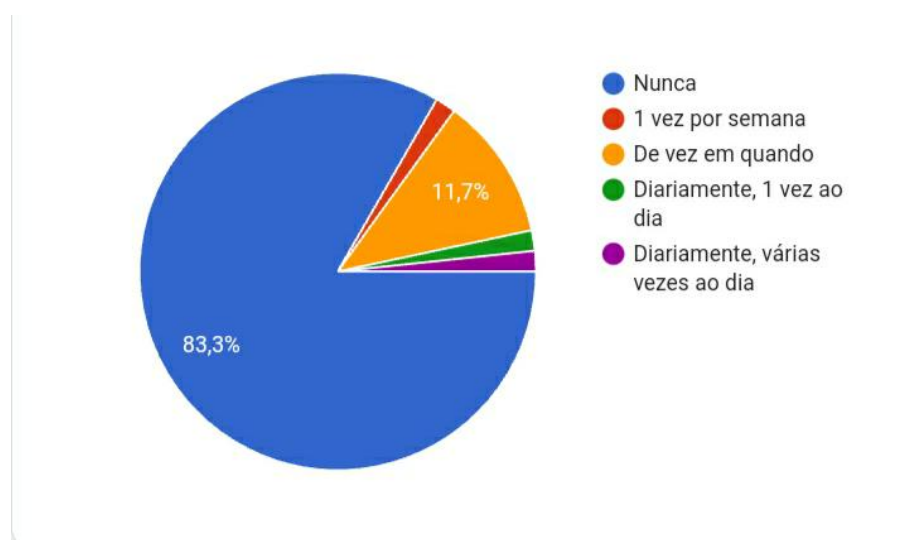
Figura 11 – Nível de conhecimento em informática



Fonte: Própria autora, 2022.

Além disso, a Figura 12 relata o nível de acesso semanal do computador em uma determinada frequência. Com isso, 50 (83%) responderam que nunca tiveram o acesso frequente durante a semana. Outras 7 (11,7%) relataram que ocasionalmente. Enquanto apenas 1 (1,7%) respondeu usar uma vez por semana. No entanto, 1 (1,7%) disse ter utilizado uma vez ao dia e 1 (1,7%) várias vezes ao dia.

Figura 12 – A quantidade de acesso semanal do computador

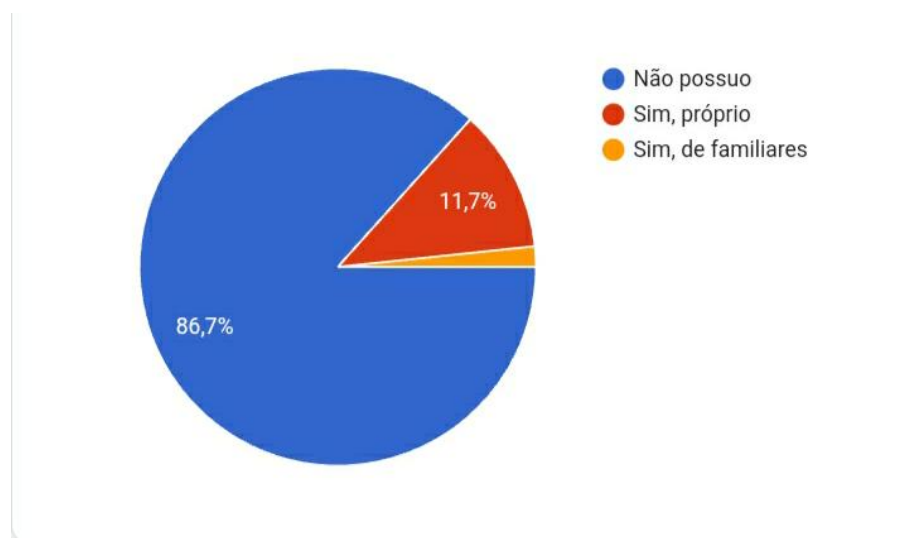


Fonte: Própria autora, 2022.

Com esses níveis, é evidente que o conhecimento fornecido pelo letramento digital são necessários como fonte de estruturação educacional digital para essa população. Pois, segundo Moran (2009, p.32) afirma que “Cada docente pode encontrar sua forma adequada de integrar as várias tecnologias e os muitos procedimentos metodológicos. Mas também é importante que amplie que aprenda a dominar as formas de comunicação interpessoal/grupal e as de comunicação audiovisual/telemática.” (Barros, Aline.f, p.5).

A Figura 25 relaciona o indivíduo que possui ou não o computador em casa. Conforme os dados, 56 (86,7%) não contém o computador em sua residência. Já 7 (11,7%) obtêm o PC, mas, próprio. Apenas 1 (1,7%) utiliza dos familiares.

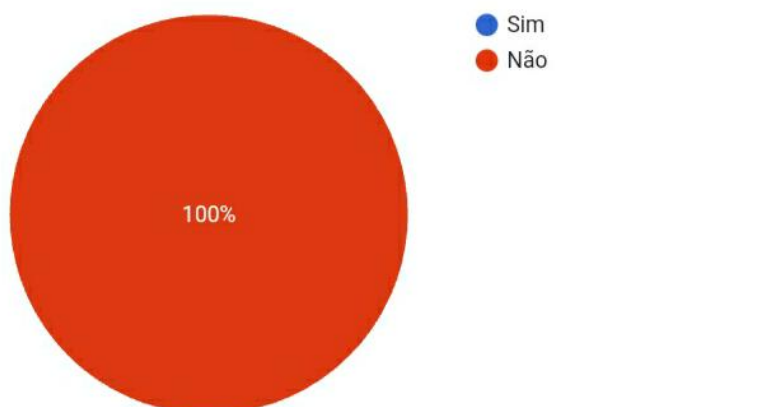
Figura 13 – Você possui computador em casa?



Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 14 trata se nas próprias comunidades fornecerem o laboratório de informática. Dessa forma, dos 100% das pessoas entrevistadas afirmaram não haver em suas localidades este acervo.

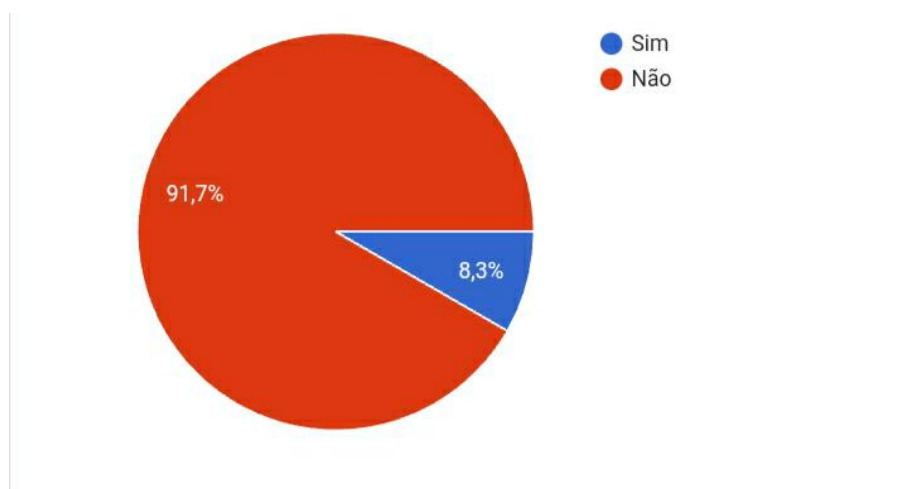
Figura 14 – Em sua comunidade há laboratório de informática?



Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 15 relata sobre a utilização do computador na escola. Assim, 55 (91,7%) disseram que não continham o acesso, e apenas 5 (8,3%) responderam terem o acesso.

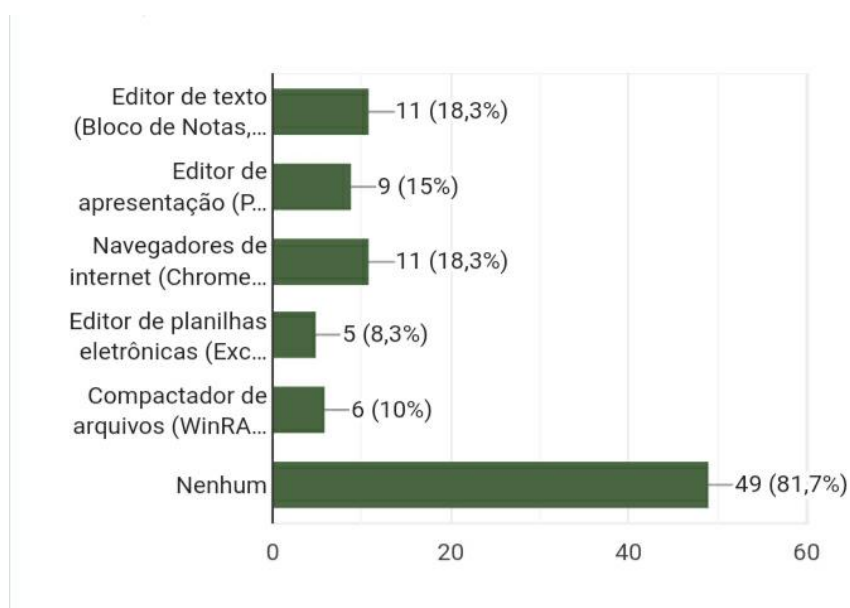
Figura 15 – Você utiliza computador em sua escola?



Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 16 corresponde sobre quais conhecimentos a respeito dos componentes do computador são conhecidos pelo entrevistado. Conforme os resultados, as peças mais conhecidas foram o gabinete com a porcentagem de (16,7%) das 10 pessoas entrevistadas. Estabilizador com 11 (18,3%). Máuser em cerca de 17 (28,3%). Teclado com 16 (26,7%) e monitor também com 16 (26,7%). Os componentes menos reconhecidos foram, processador com 4 (6,7%). A placa-mãe contendo 3 (5%) e a memória RAM também com a mesma pontuação. Infelizmente 45 (75%) não chegaram a conhecer nenhum componente específico.

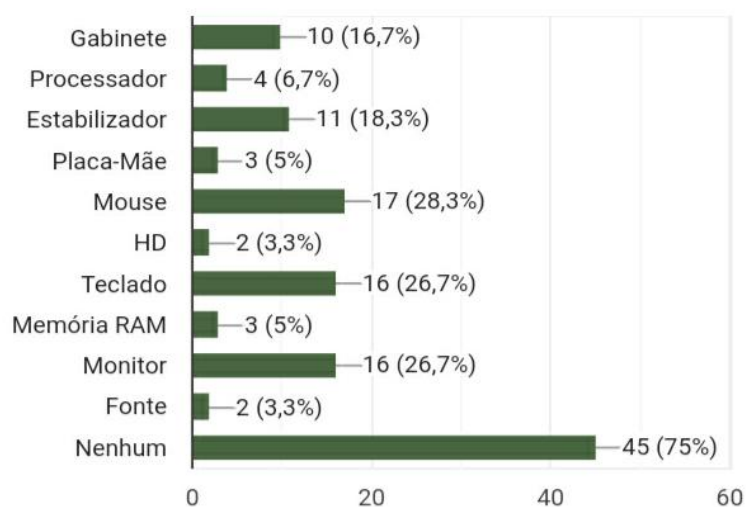
Figura 16 – Quais aplicativos você conhece?



Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 17 trata sobre os aplicativos acessados no computador pelos entrevistados, e que demonstraram ou não ter algum saber. Segundo as pontuações, os aplicativos conhecidos são, editor de texto (Bloco de Notas, Word, Writer, etc.) e os Navegadores de “internet”(Chrome, Firefox, etc.) com a mesma porcentagem de (18,3%) das 11 pessoas entrevistadas. Além dos Editor de apresentação (PowerPoint, Impress etc.) com (15%) em relação aos 9 interrogados. Somente Editor de planilhas eletrônicas(Excel, Calc etc.) com 5 (8,3%) e também o compactador de arquivos(WinRAR, WinZIP, 7-ZIP etc.) por 6 (10%). Entretanto, dos 49 entrevistados chegaram a (81,7%) a obter nenhum conhecimento.

Figura 17 – Quais dessas peças do computador você conhece?



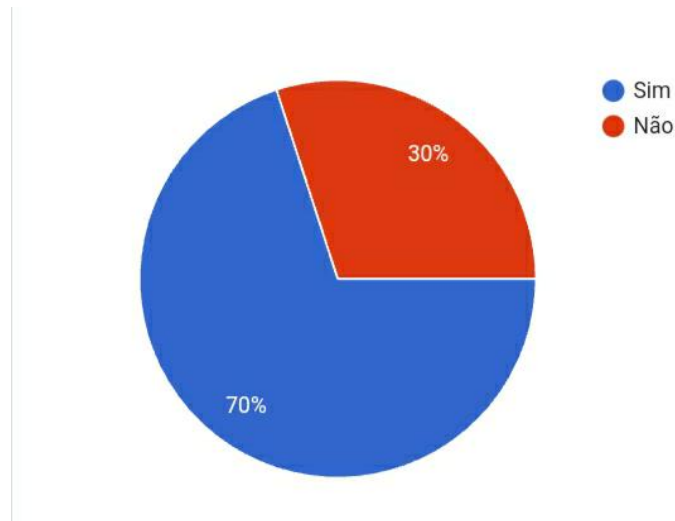
Fonte: Própria autora, 2022.

Nesse sentido, fica claro que o não acervo de laboratórios de informática nas comunidades quilombolas Boninalense, comprometem as necessidades interpessoais e principalmente educacionais dos moradores. Pois, cerca de 86,7% não possuem o computador em casa e dos 55 entrevistados disseram não ter ou não ter acesso do aparelho computacional nas escolas. Além do mais, 75% declararam não ter conhecimento aos componentes do eletrônico e 81,7% também não obtém conhecimentos sobre os aplicativos da máquina. Assim proporcionando o retrocesso educativo dos próprios.

Segundo Pierre Lévy (1999), alega que "A questão da exclusão é crucial com o crescente desenvolvimento da cibercultura." Ou seja, com o não entendimento dos recursos fornecidos pelo letramento digital, também fortalece a exclusão social. (COSTA, 2006).

A Figura 18 informa o acesso de “internet” aos entrevistados. Com isso, os dados fornecidos pela pesquisa mostraram que 42 (70%) não têm acesso à internet. Já, 18 (30%) contem o acesso.

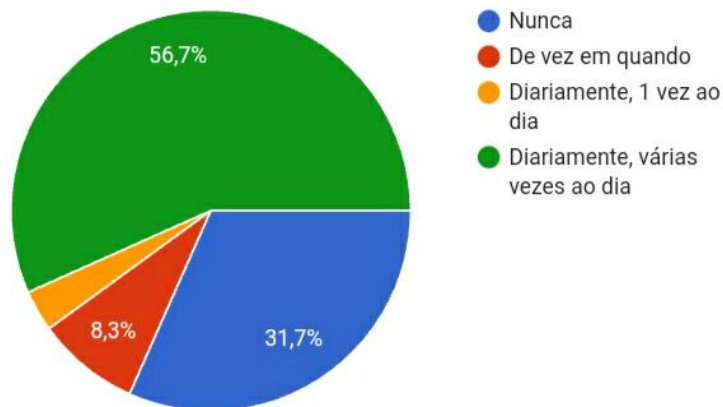
Figura 18 – Acessa a internet?



Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 19 relata a quantidade de acesso à “internet” para os entrevistados que têm ou não o acesso. Assim, os 34 afirmaram que acessam diariamente chegando a (56,7%). Para os 19 (31,7%) relataram não ter a comunicação. Mas, 5 (8,3%) descreveram ter acesso ocasionalmente. E 2 (3,3%) apenas 1 vez por dia.

Figura 19 – Com qual frequência você acessa a internet?

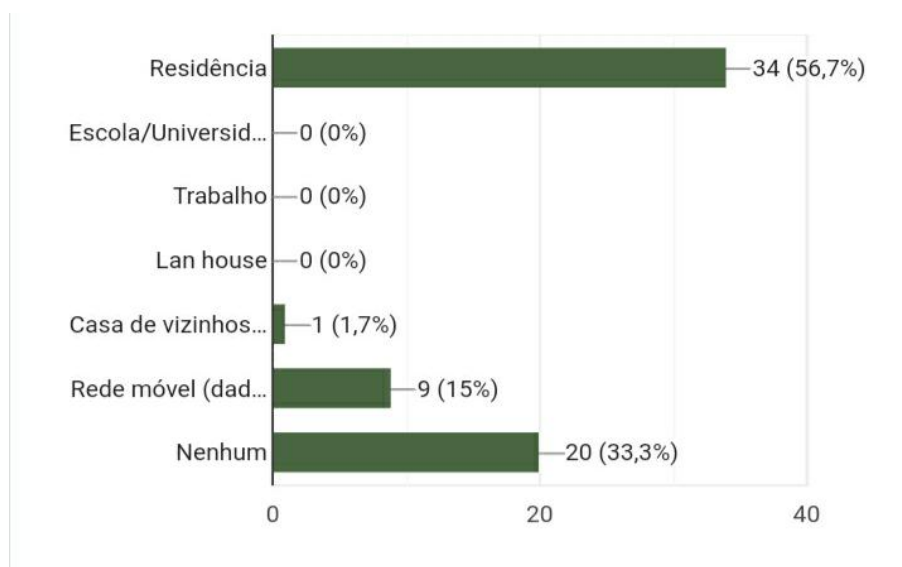


Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 20 informa os locais de acesso à “internet”. Dessa forma, os ambientes com mais acesso à residência são 34 (56,7%) . E também, a conexão de rede móveis de dados com 9 (15%) . A casa de vizinhos, amigos ou parentes tem apenas 1 (1,7%). Já, escolas/universidade, trabalho e lan house não constam “login”. Contudo, 20 (33,3%) não indicaram o uso nestes lugares.



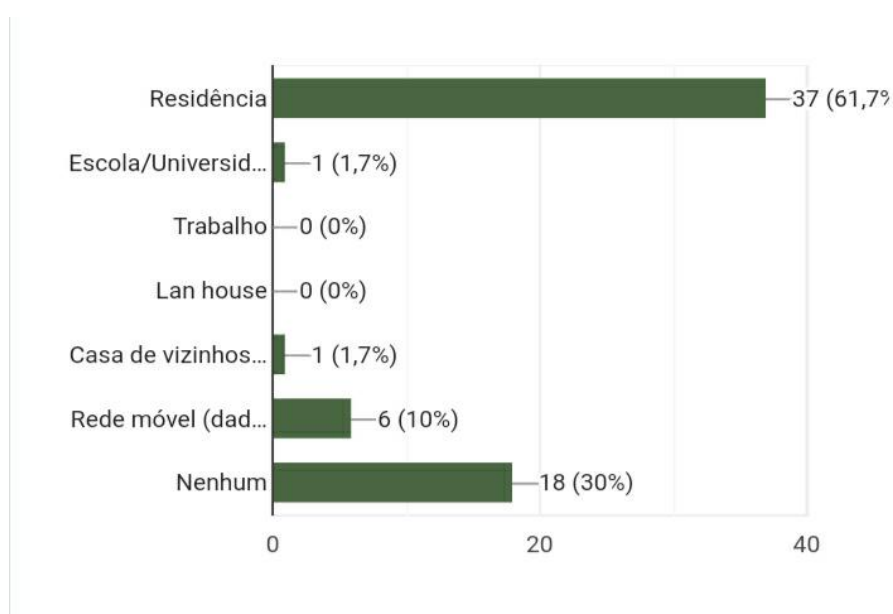
Figura 20 – Dos locais a baixo relacionados, em quais deles você obtém acesso a internet?



Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 21 trata sobre locais com o acesso frequente de “internet”. Assim, os 37 relataram que utilizam com mais frequência a residência chegando a (61,7%). A rede móveis de dados também obtém a frequência de (10%) para os 6 entrevistados. E a escola/universidade, como também a casa de vizinhos, amigos e parentes, o nível de conexão é 1(1,7%). Já no trabalho e na lan house não indicaram acesso. Entretanto, 18 (30%) não relataram ter acesso a nenhum.

Figura 21 – Quais locais de onde você acessa a internet com mais frequência?



Fonte: Própria autora, 2022.

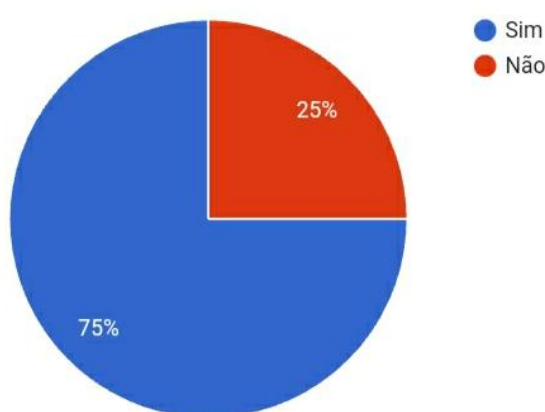
Mesmo com essas “nuances” entre os resultados, é inegável que as condições sociais afetam as relações em meio a esses grupos. Pois, 70% não têm acesso à “internet”, além disso, os que têm o alcance 56,7% poderá ser considerado uma certa parte que conseguiram usufruir em relação ao sinal de rede, visto que 56,7% acessam em casa e no mesmo lugar realizam o uso frequente com a porcentagem de 61,7% . Entretanto, não impede a necessidade de ambos compreenderem as utilizações básicas fornecidas pela tecnologia digital. Em que, 75% não conhecem nenhum componente do computador.

Assim, para Cascarelli (1998,p.77) determina que, “A velocidade das mudanças tecnológicas é tamanha que exige que a educação mude rapidamente, para acompanhá-las. O surgimento do rádio, da televisão, de microcomputadores e dos CD-ROMs interativos passou a influenciar o modo pelo qual aprendemos e continuamos aprendendo. Com uma fonte de energia elétrica e uma conexão telefônica, mesmo as áreas mais remotas podem ter acesso aos grandes centros de informação do mundo.” (Portugal. T,2012).

Mesmo que o avanço da tecnologia permita a se conectar com as novas possibilidades, também nos obriga a adaptar-se a diversas maneiras para obter e atingir os respectivos objetivos. Mas para isso, é fundamental o acompanhamento da educação como um guia para manter os passos ao lado desse novo meio de conhecimento.

A Figura 22 certifica se há ou não participação nas redes sociais, conforme a pesquisa feita com os interrogados, os 45 (75%) afirmaram que participam das redes de comunicação. Mas, 15 (25%) relataram não usarem.

Figura 22 – Participa de redes sociais na internet?

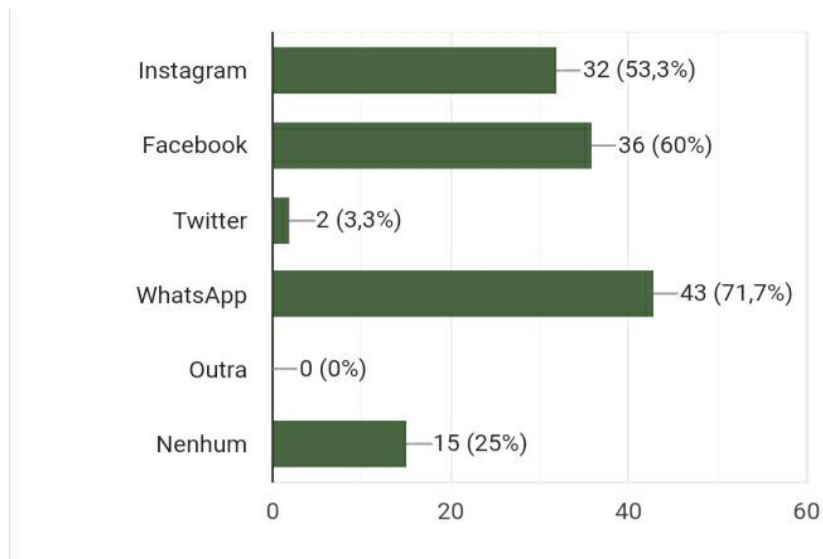


Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 23 mostra as redes sociais onde contém mais acesso. As redes sociais mais acessíveis pelos entrevistados foram o WhatsApp 43 (71,7%), Facebook 36 (60,7%) e

Instagram 32 (60%). Apenas o Twitter chegou a 2 (3,3%) de participantes. Mas, 15 (25%) não utilizam esses caminhos de comunicação.

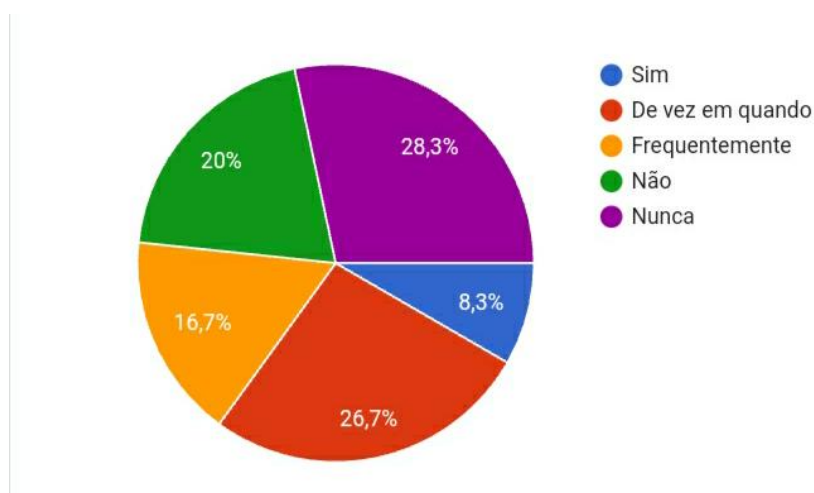
Figura 23 – Quais redes sociais?



Fonte: Própria autora, 2022.

A Figura 24 determina se contém acesso às notícias na “internet” ou não. Para isso, os 17 (28,3%)interrogados disseram nunca seguiram as notícias fornecidas na web. Já 12 (20%) não acessam. Os 16 (26,7%) afirmaram apenas acessarem por vezes. Dos 10 (16,7%) acompanham diariamente. Apesar disso, 5 (8,3%) só relataram que sim.

Figura 24 – Você acompanha noticias pela a internet?



Fonte: Própria autora, 2022.

Embora a participação do público alvo esteja mais acessível nas redes sociais chegando a 75% de aprovação, como o WhatsApp (71,7%) , Facebook (60,7%) e o Instagram,

os seus conhecimentos permanecem limitados aos seus usos. Pois, as informações ofertadas aos usuários não são levadas ao interesse, assim, tendo em conta cerca 28,3% de usuários que não acessam os noticiários ou não se aprofundam em determinadas aprendizagens.

Aliás, nesses pontos frisados, a falta de aprofundamento e na busca de novos conhecimentos é de certo ponto prejudicial a essa massa populacional, em que proporcionam a redução de serem meros formadores de opinião, ainda que, por outro lado seja algum tanto prejudicial.

Apesar de que, a tecnologia fornece uma absorção dos conteúdos concedidos, não desconsidera a forma que de ser compartilhada ou dada por um professor(a), em que tem a responsabilidade de transformar e adquirir novos resultados de melhor compreensão dos seus estudantes/usuários.

Com isso, Lévy (1993, p.25) reforça que, “As tecnologias da comunicação não substituem o professor, mas modificam algumas das suas funções. A tarefa de passar informações pode ser deixada aos bancos de dados, livros, vídeos, programas em CD. O professor se transforma agora no estimulador da curiosidade do aluno por querer conhecer, pesquisar, buscar informações mais relevantes. Num segundo momento, coordena o processo de apresentação dos resultados pelos alunos. Depois, questiona alguns dos dados apresentados, contextualiza os resultados, adapta-os à realidade dos alunos, questiona os dados apresentados. Transformar informação em conhecimento e conhecimento em saber, em vida, em sabedoria – o conhecimento com ética.”(Barros, Aline.f,p.5).

De acordo o autor, esta é a melhor forma para formar novas aprendizagens em um só meio. Com isso, proporcionaram ao indivíduo a busca pelo conhecimento e não apenas se acomodar em informações contidas.

Como foi abordado anteriormente, as questões socioculturais e econômicas interferem diretamente no meio social do indivíduo. Que para manter os seus recursos da manutenção educacional, precisam aproveitar mecanismos ou materiais fornecidos por parentes, amigos e até vizinhos em suas necessidades.

Isto está relacionado na questão 27, onde questiona se muitos gostariam ou gostam e até mesmo se precisam do computador e para que serve ou servirá. Para muitos seria uma forma de desenvolver aprendizagens, aprimorar conhecimentos e até resolver problemas pessoas como por exemplo, a cópia de documentos.

Além do mais, consecutivo a pergunta 28, se o uso da tecnologia remota também beneficiaria a comunidade. Segundo eles, não só melhoraria o uso pessoal como também serviria como um acesso coletivo no próprio ambiente. Assim, impulsiona o conhecimento e a educação coletiva de serventia a todos do coletivo. Entretanto, para SOARES, “Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever. Já o letrado, que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever. Mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita,

prática a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita”. (SOARES, 1998, p.22).

Nesse sentido, tornou-se visível que, não só é necessário para a serventia de todos, como também, influencia a compreender o uso das ferramentas tecnológicas não só apenas com o destino de utensílios básicos. É saber utilizá-lo como benefício de garantia de suas vivências socioculturais, tornando-se um indivíduo letrado dos saberes tecnológicos e sociais.

### 4.3 Um comparativo entre as comunidades

Em comparação aos dados analisados, em relação ao uso do computador, é notório que das cinco comunidades entrevistadas Mulungu, Cutia e Conceição, alcançaram tais vinculações aos recursos proporcionados pela sede. Isso em razão dos outros dois distritos, em que se adentram os Olhos D’Aguinha e Capão.

Isto porque, na figura 13 esses três lugares onde alcançaram mais acesso ao computador, sobre Mulungu com a porcentagem de (28%) de alcance e (72%) de não acesso, Cutia (30%) confirmação do uso e a não confirmação (70%), e Conceição chegando a (44%) de aproveitamento e de não utilização a (56%). Apresentam uma proporção positiva da usabilidade do utensílio comparada às localidades como Olhos D’Aguinha que apenas alcançou (11%) de baixo índice de acesso e a maior porcentagem de não exercício com (89%). Em segundo lugar Capão somente com (14%), no que obtiveram acesso e os que não tiveram essa oportunidade chegou a (86%).

Além disso, na pergunta 16, Capão e Olhos D’Aguinha compõe-se 100% não contém o computador em sua residência. Já Mulungu, está com (28%), de acesso em sua casa e o não acesso chegou a (72%). Cutia, de uso próprio são (10%), de familiares (10%) e não possuem (80%). Conceição, de uso próprio chegou a (11%) e que não contém (89%).

Assim, não só a disponibilidade de acesso tornou-se mais presente para Mulungu, Cutia e Conceição, pois apresentaram as maiores porcentagens de alcance de uso ao computador divergente de Capão e Olhos D’Aguinha, em que houveram a menor proporção e a maior rejeição de aproximação dessa ferramenta digital. Como também, a distância de locomoção das três comunidades é bem próxima da cidade pertencente, constando grandes vantagens não só na compreensão do aparelho, assim como a flexibilidade de encontrá-lo comparada aqueles que moram em terras distantes. Onde Mulungu, Conceição e Cutia têm o distanciamento até a cidade em cerca de 12 km, cada, dependendo do transporte locomotivo. Diferente de Capão em base 14 km e Olhos D’Aguinha levando em média um tempo a mais de seu tráfego chegando a 15 km.

Contudo, esses panoramas não concretizam o real conhecimento em informática.

Sendo assim, de acordo com levantamentos feitos dentre às cinco áreas quilombolas, duas expuseram altos índices da falta de conhecimento.

Desta forma, na questão 14 Olhos D'aguinha estão com (89%), que não há conhecimento nessa esfera tecnológica e dos entrevistados a terem o entendimento básico apenas (11%). Capão no caso contém (8%) de cognição básica, porém (92%) registrado pela falta de conhecimento. Diferente das outras restantes em ainda que, passando pelo mesmo processo estão em andamentos tardios perante os percentuais a frente, mulungu nesse caso, contém (61%) de entrevistados sem conhecimento, de nível básico (28%), mediano (5%) e avançado (5%). Cutia, sem conhecimento (70%), básico (30%) e Conceição, sem conhecimento (56%), básico (33%) e avançado (11%).

Além disso, da mesma forma se aplica na pergunta 21, onde Olhos D'aguinha contém 67% de acesso à "internet" e (33%), de não uso. Capão com (65%) de utilização da rede e (35%) de não aproximação. Mulungu contém (72%), de acesso à rede, tornando-se nesse caso a segunda comunidade de mais espaço virtual. Conceição com a maior pontuação de emprego da rede, liderando a 100%. No entanto, cutia ficou com a menor proporção de acesso com (60%) e (40%) de não utilização.

Todos esses fatores reforça não só a questão destes distritos estarem distantes para o aproveitamento desses atributos em sua cidade de uma forma fútil, como também , o entender a base do letramento digital, em que garantiria com clareza a compreensão de várias formas a noção de informática básica fornecida a este material tecnológico digital. Sendo que, muitos usuários comuns utilizam as redes sociais, no entanto, não sabem lidar com a sua usabilidade.

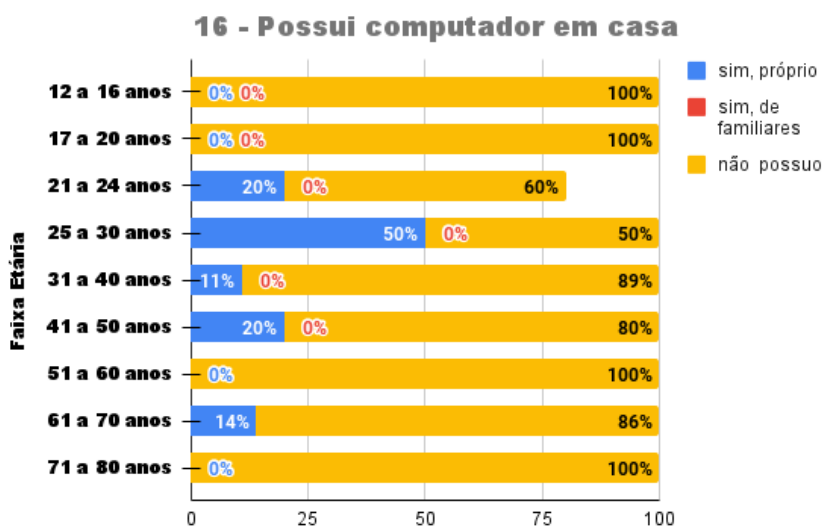
## 4.4 Um olhar sobre as faixas etárias

Buscando diagnosticar quais as maiores negligências enfrentadas em um modo geral a essas cinco comunidades registradas pela fundação palmares como quilombolas, (Mulungu - BA, Olhos D'aguinha - BA, Conceição - BA, Cutia - BA e Capão - BA) entre as faixas etárias: 12 a 16 anos; 17 a 20 anos; 21 a 24 anos; 25 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 50 anos; 51 a 60 anos; 61 a 70 anos; e 71 a 80 anos. Foi utilizado, nesse caso, a ferramenta do Excel - Microsoft, para assim, considerar de tais formas que seriam necessárias no comprimento e o dever perante o letramento digital a este público. Nesse sentido, foram estabelecidas reiteradamente às cinco perguntas associadas ao perfil sociodigital analisados a cada intervalo entre as idades fornecidas.

Conforme a segunda análise realizada sobre a existência de computador em suas residências (Figura 25), foram relatadas em proporção as idades (12 a 16 anos); (17 a 20 anos); (51 a 60 anos);(71 a 80 anos), que correspondem a 100% de não possuírem o produto. Assim como, somente de (31 a 40 anos), representam 11% de acesso ao eletrônico

e 89% de não acesso. Já, (61 a 70 anos) correspondem a 14% de abstenção e de não alcance 86%. Mais, (41 a 50 anos), obtém certa porcentagem a mais de acesso com 20%, mas também 80% de empecilho.

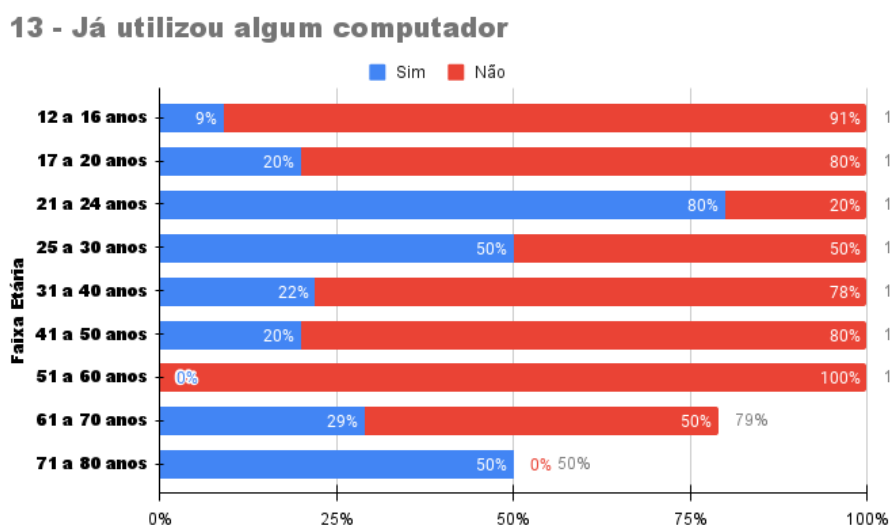
Figura 25 – Possui computador em casa?



Fonte: Própria autora, 2022.

Os resultados sobre a utilização do computador mostrados na Figura 26, obtiveram 100% em relação a não uso relacionada à faixa etária (51 a 60 anos). Em meio a idade de (12 a 16 anos), lamentavelmente alcançaram apenas 9% de acesso ao mecanismo, sendo assim, chegando a 91% de não comodidade. Essa ausência também antecedeu os jovens de (17 a 20 anos) e adultos com (41 a 50 anos), no qual, em acesso 20% e o não alcance 80%.

Figura 26 – Já utilizou algum computador?



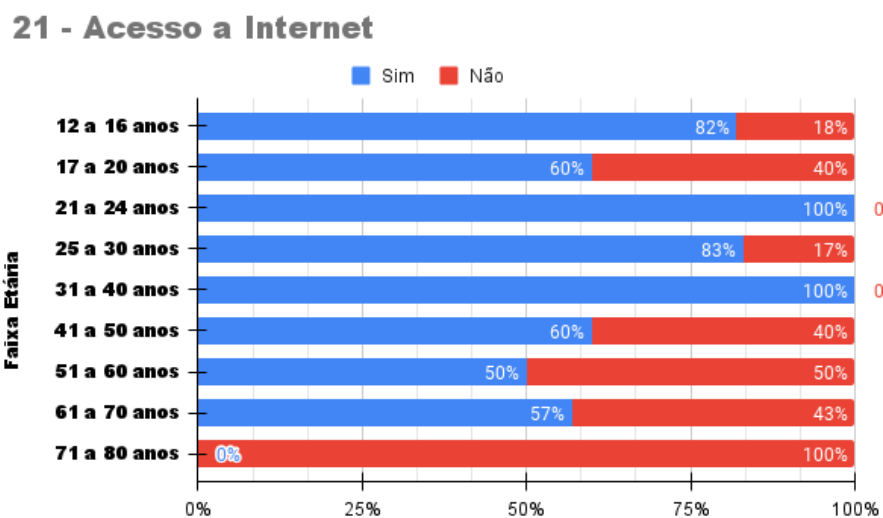
Fonte: Própria autora, 2022.

Contudo, há uma certa discrepância no que diz respeito ao uso do computador dentre as pessoas mais velhas em sentido da juventude. Pois, dos (25 a 30 anos) e (71 a 80 anos), foram 50% que já obteve a utilização do aparelho eletrônico e 50% que não tiveram. Além dos grupos de (61 a 70 anos), contém 29% de obtenção excerto e 71% que não possuem o acesso. Apesar disso, (21 a 24 anos) , foram 80% em que já usaram e 20% que ainda não conseguiram ter o acesso.

Sobre o acesso à “internet” na Figura 27, conforme as faixas etárias (21 a 24 anos); (31 a 40 anos); (71 a 80 anos), não contém o acesso, sendo 100%. (51 a 60 anos) , são 50% de não acesso ao espaço virtual e 50% de aquisição. Já, (61 a 70 anos), foram 57% de obtenção da rede virtual e 43% não obtém. Mas, dentre as idades de (17 a 20 anos) e (41 a 50 anos), foram os que obtiveram 60% de acesso e de não uso do ciberespaço a 40%. Assim como, (25 a 30 anos), conteve 83% de acesso e 17% de não acesso.



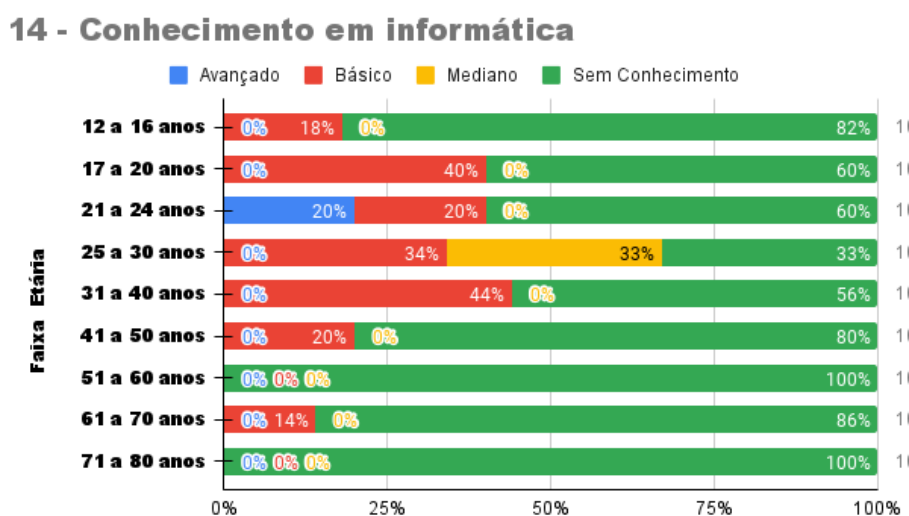
Figura 27 – Acesso a Internet?



Fonte: Própria autora, 2022.

Baseado no conhecimento demonstrado na Figura 28, (51 a 60 anos) e (71 a 80 anos) não chegaram a 100% de entendimento da área. (61 a 70 anos), são 14% de conhecimento básico e 86% sem conhecimento. (12 a 16 anos) formam 18% de compreensão básica e 82% sem cognição. (41 a 50 anos), tornaram-se 20% do saber básico e 80% sem entendimento. (17 a 20 anos), e (21 a 24 anos), obtém 20% de conhecimento, avançado 20% e 60% sem conhecimento. (31 a 40 anos), foram 44% de conhecimento básico e sem esse conhecimento são 56%. (25 a 30 anos), atingiram 34% de conhecimento básico, 33% mediano e 33% sem o entendimento.

Figura 28 – Conhecimento em informática



Fonte: Própria autora, 2022.

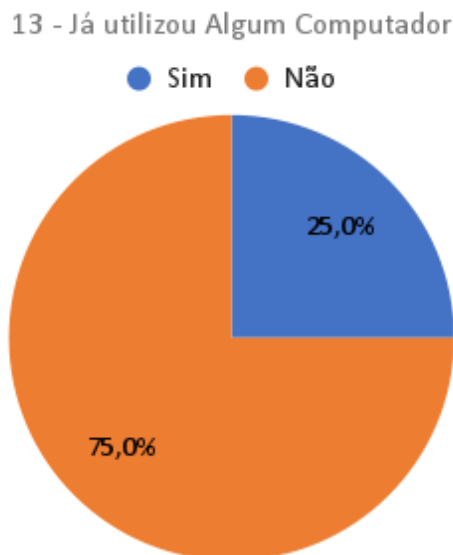
Nesse parâmetro, todas essas questões não se reparam na necessidade desses indivíduos ao acesso à tecnologia principalmente no uso computacional. Mesmo que, entre as variadas idades, nos demonstrou que, em algumas proporções certas pessoas atingem o acesso e o pertencimento desses itens, porém, não anulam a necessidade de um acompanhamento intermediário do computador perante a linguagem técnica industrial divergente ao nosso cotidiano. Sendo assim, neste mesmo instante já atingem a necessidade do letramento digital.

## 4.5 Outros resultados relevantes

Os dados anteriormente analisados de uma forma isolada servem como espelho geral da qual situação às cinco comunidades entrevistadas se encontram.

Uma vez que , segundo a Figura 29, das 60 pessoas entrevistadas 45% afirmaram que nunca utilizaram o computador . Esta problemática implica no grau de dificuldades sociodigitais que esses povos enfrentam . Visto que , esses impasses não apenas se agrupam a não utilização do produto.

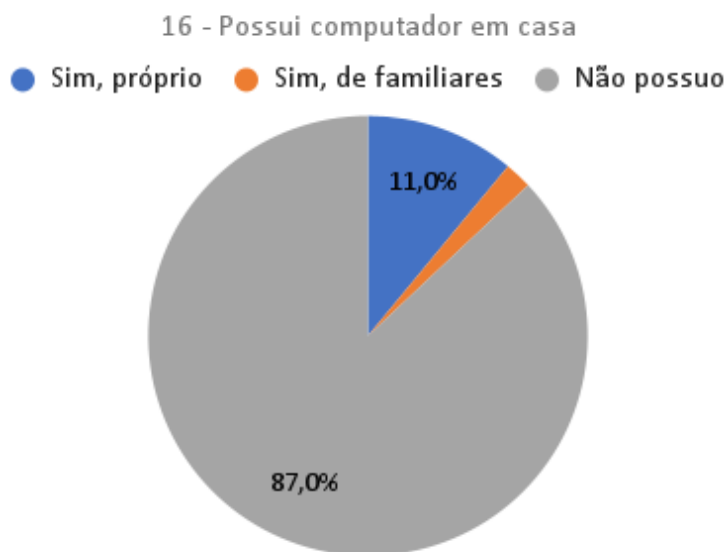
Figura 29 – Já utilizou Algum Computador?



Fonte: Própria autora, 2022.

Assim como, atingem uma extensa parte desse grupo de que não possuem computador em casa, conforme a pergunta da Figura 30, tornando-se 87% que não possuem computador, a outra parte dos interrogados, só 2% são pessoas que utilizam de familiares e 11% de uso próprio.

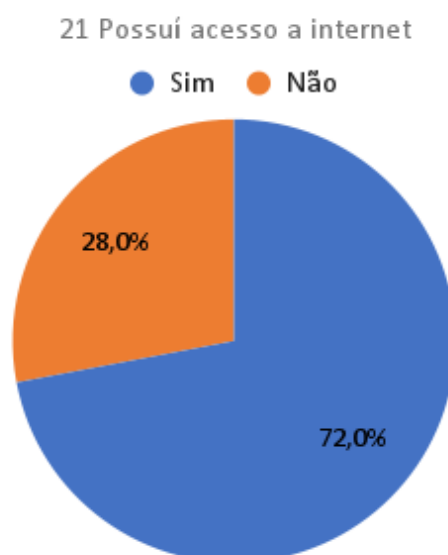
Figura 30 – Possui computador em casa?



Fonte: Própria autora, 2022.

Entretanto, embora a maioria do coletivo não contenha o acesso ao computador, são em maioria indivíduos com acesso à internet (Figura 31), alcançando (72%) dos usuários. No entanto, (28%) ainda não possuem.

Figura 31 – Possui acesso a internet?



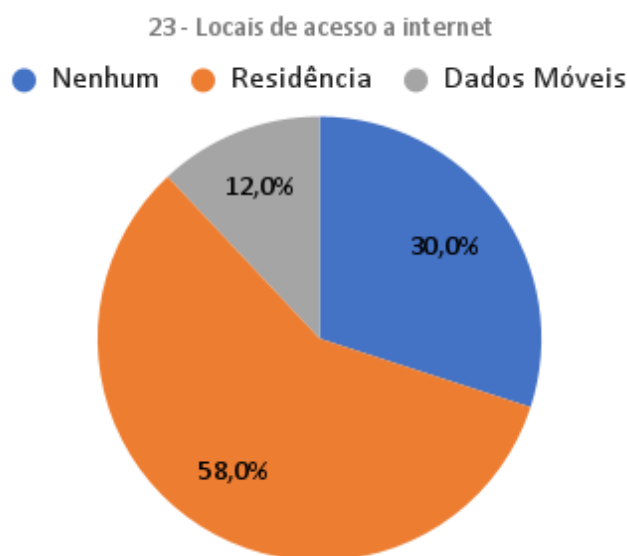
Fonte: Própria autora, 2022.

A fundamentação da inclusão digital não se limita apenas aos usos ou a não utilização de computadores, ou ciberespaço, como também em questão de como este

coletivo enfrenta os desafios da linguagem tecnológica e quais requisitos fornecidos por essa ferramenta são utilizados e consumidos.

Partindo desse pressuposto, na questão apresentada na Figura 33, de acordo as pesquisas sobre os locais de uso da internet, foram (58%) de acesso em sua residência, (12%) em rede moveis de dados e infelizmente, ainda contém (30%) de pessoas nessa localidade que não acessam nenhum desses lugares.

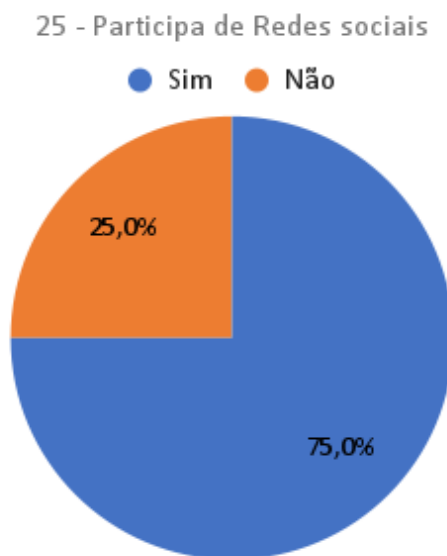
Figura 32 – Locais de acesso a internet?



Fonte: Própria autora, 2022.

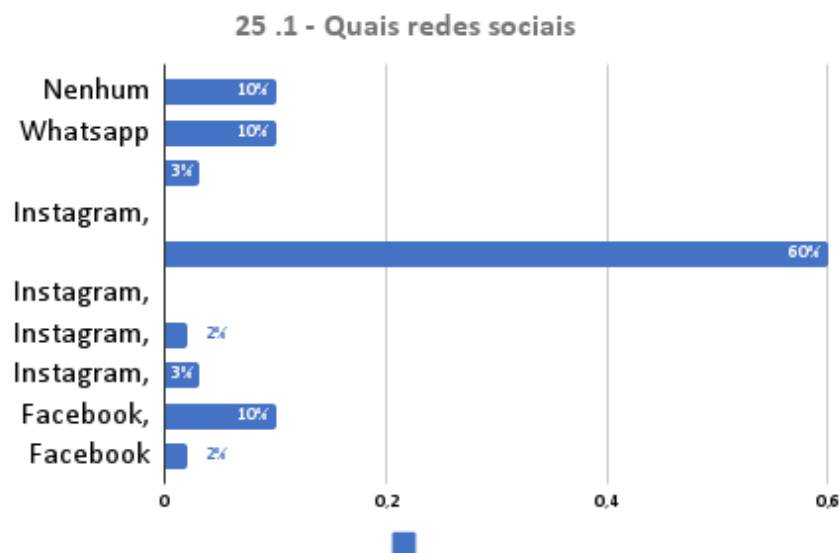
Para mais, nas Figuras ?? e 34 , acerca do acesso às redes sociais, foram (75%), de acesso e (25%), de não obtém a conexão. Já no que se refere a quais mídias sociais são acessadas, acompanham Instagram, Facebook,Whatsapp, sendo as redes mais acessadas com (60%). Entre as fontes de comunicação virtual de certo modo equilibradas foram, Facebook, WhatsApp (10%) e WhatsApp (10%). Como também , nenhum acesso chegou igualmente a (10%). O WhatsApp está com (3%) de uso, assim como, o Instagram com relação ao Facebook a (3%). Apenas, o Facebook e o acesso a ambas as redes de Instagram, WhatsApp com (2%).

Figura 33 – Participa de Redes sociais



Fonte: Própria autora, 2022.

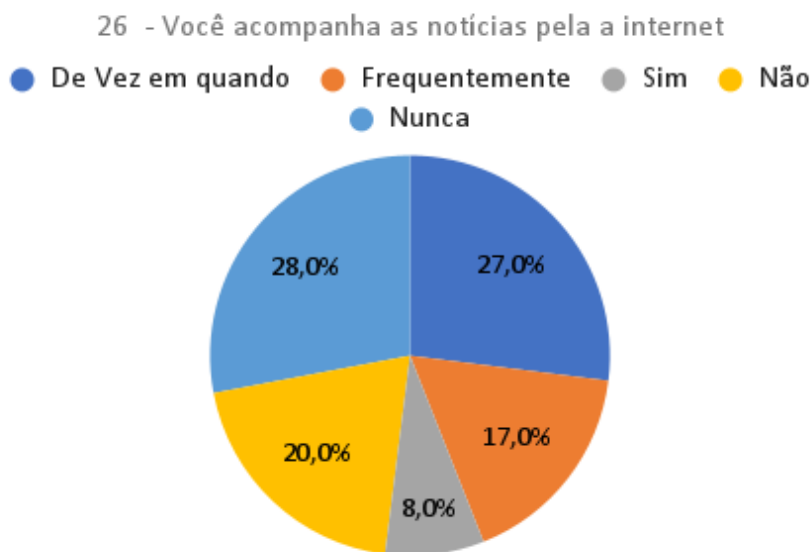
Figura 34 – Quais redes sociais?



Fonte: Própria autora, 2022.

No caso dos resultados apresentados na Figura 35, em relação aos acompanhamentos das notícias pela internet, foram Ocasionalmente (27%). Segundo o uso frequente são (17%). Em afirmação que seguiam os noticiários são (8%) já o não acompanhamento chegou a (12%). Lamentavelmente, nunca atingiu a maior proporção de (28%).

Figura 35 – Você acompanha as notícias pela a internet?



Fonte: Própria autora, 2022.

Atualmente o uso das novas tecnologias de informação estão tão pouco distantes nas vivências humanas, logo que essas comunidades citadas anteriormente também se enquadram nesta questão. Por mais que abordam pautas relevantes em relação às questões sociais, não estão sendo aplicadas de uma forma concreta a realidade de variados grupos com algum problema etno-social e racial.

Por mais que em maioria obtém acesso às redes sociais, como também , de certo ponto a internet e o computador, não excluem a necessidade não somente em sua cidade, mas também em seu lugar. Assim, abriram um grande leque de oportunidades no que diz respeito à aprendizagem, tal como, servindo os seus direitos de cidadania em terras quilombolas. Pois, só assim, aliviará grandes dificuldades que esse povo perpassa diariamente seja da linguagem computacional ou até mesmo em suas resoluções de cunho pessoal.

Além disso, a cada indivíduo que necessita do uso do próprio eletrônico precisa se deslocar de sua residência na espera de algum transporte público ou até mesmo uma carona sem a alternativa para chegar em seus objetivos. Até porque, o universo computacional não se adequa apenas às redes sociais ou ligar o computador e ter acesso à rede de internet. Mas, permeia em vários hemisférios como os meios educativos e escolares, sites do sistema governamental, bem como a programação e entre outros ambientes que proliferam o entendimento fundamental do letramento digital.

## 5 Conclusão

Este referido trabalho, visa traçar determinadas metas sócio-tecnológicas de acordo a tal importância do letramento digital, em comunidades quilombolas do município de Boninal/BA (Mulungu, Olhos D'aguinha, Conceição, Capão e Cutia. Assim, buscando compreender quais necessidades as principais comunidades quilombolas boninalense enfrentam permanentemente no acesso das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) e digitais, tendo como exemplo, o grau de manipulação usual do computador. Sendo que, problematizar outro olhar sobre a disponibilidade desses acervos se são incluídos ou não nesses ambientes rurais.

Diante disso, foram efetuadas as entrevistas nas cinco comunidades quilombolas, envolvendo jovens, adultos e idosos de acordo ao seu perfil socioeconômico, faixa etária, grau de escolaridade e nacionalidade, na busca de identificar quais desses fatores influenciam na carência de variados benefícios tecnológicos digitais vivenciados na própria comunidade. Pois, somente com essa busca foi possível recolher importantes análises a respeito da situação tecnológica viabilizado para esses grupos locais.

Em que, foi notório que o receptivo município não há arquivamento seja de materiais ou produções de autores, ou projetos socioculturais da cultura quilombola local na biblioteca municipal e nem mesmo nos espaços de leitura e estudo escolar, principalmente de aplicações de atividades tecno-afetivas que deveriam ser aplicadas nessas organizações sociais. Que, entretanto, em comunicação oral de acordo aos órgãos representativos (CRÁS Quilombola), dos povos aquilombados da região municipal, demonstraram certos desejos da realização em tempos passados de algumas atividades do meio tecnológico na sede, porém, retrataram que com a falta de infraestrutura de transporte e computadores para todos não teria sido possível a operação.

Sendo assim, outras fontes de trabalhos relacionados em que possibilitaram o acompanhamento a respeito desse tema, foram obras realizadas por Maria Isabel, onde em sua produção constituída em Memórias Históricas Culturais e a ancestralidade, passados pelos seus alunos, pertencentes às comunidades quilombolas da região, produzidas através da oralidade. Perante esse caminho, levou a conhecer as obras de Maria Eunice, em que aborda sobre o processo de formação quilombola na Chapada-Diamantina, (Rememorando a Chapada-Diamantina: Histórias do Mulungu) e também em outra obra relembando os festejos religiosos culturais da comunidade quilombola de Mulungu, município de Boninal(BA), (Pessoas, Santos e Fé: Celebrando São Sebastião dos Reis de Mulungu, Boninal). Todas essas atribuições com relação a pequena entrevista feita com o Seu Jaime Cupertino, impulsionou em uma parcela em números entendimentos que ainda estão

perdidos sobre o aquilombamento desses povos em nosso meio.

Por consequência disso, influenciou na análise do quadro socioeconômico que se encontra essa população. Nos quais, desses grupos quilombolas que demonstraram mais participação nesta pesquisa contabilizada em segundo plano pelo Google forms, foi Mulungu com a maior porcentagem de 30% dos entrevistados, enquanto, Conceição e Olhos D'aguinha apenas em metade a 15%.

Assim, com a grande falta de mais pessoas movidas ao decorrer da coleta aplicada, reforçou ainda mais o não acesso e o desconhecimento dos assuntos relacionados que de certo modo, não foram até então fornecidos no decorrer de suas vidas. Todas essas problematizações induziram em percentuais preocupantes que dizem muito a respeito do nível de conhecimento educacional tecnológico das comunidades.

Além do que, das comunidades que não tiveram nenhum acesso foram Olhos D'aguinha e Capão, chegando a 100%, tornando-se as comunidades mais desfavoráveis na inclusão digital. Em diagnóstico geral da população quilombola boninalense, 87% não possui computador em casa e 75% dos interrogados relataram não ter conhecimento em informática. Ademais, essas proporções não só estão relacionadas a inexistência do ensino digital tecnológico, como também, a rede escolar. Onde, 66,7% dos entrevistados não frequentam ou pararam de frequentar a educação escolar.

Com tudo, vislumbra-se para a continuidade do debate sobre a importância do letramento digital nas comunidades quilombolas boninalenses, ser fundamental que, com base a essa pesquisa realizada, ocorra outras ainda mais profundas nas comunidades como o todo. Assim, ajudará essa massa quilombola a se aproximar dos recursos tecnológicos a partir da alfabetização digital, permitindo que o indivíduo desse meio possa não só interpretar a linguagem tecnológica digital, assim como, adentrar e obter habilidades, no que se aplica no manuseio do eletrônico.

No entanto, o que fará certamente a integração desses povos a bolha da tecnologia sociodigital, não é somente deixá-los alfabetizados na compreensão de manuseio do computador, e sim, por meio da criação de laboratórios locais, oficinas e entre outros recursos ofertados pelos órgãos municipais e estaduais, que propiciará através de profissionais de informática, conhecimentos para além das funções básicas da ferramenta, dialogando todo esse repertório conquistado ao decorrer dos ensinamentos e relacioná-los ao seu contexto amplo social e educacional em garantia ao letramento computacional.



## Referências

- ALMEIDA, M. A. B. de; SANCHEZ, L. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 10, n. 2, 2016. Citado na página 41.
- BARTON, D.; HAMILTON, M. *Local Literacies: Reading and writing in one community*. Londres, Inglaterra: Routledge, 1998. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 18.
- COSTA, L. F. Inclusão digital: conceitos, modelo e semânticas. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. [S.l.: s.n.], 2006. v. 29, p. 1–15. Citado 3 vezes nas páginas 15, 16 e 17.
- G1. *Em 2018, quase 46 milhões de brasileiros ainda não tinham acesso à internet, aponta IBGE*. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/29/em-2018-quase-46-milhoes-de-brasileiros-ainda-nao-tinham-acesso-a-internet-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 12 jun. 2021. Citado na página 15.
- GARCIA, A. S. M. M. *Análise da alfabetização digital e do letramento digital de alunos do ensino médio de uma escola privada de Londrina/PR*. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, PR, Brasil, 2016. Citado 2 vezes nas páginas 17 e 18.
- HISTÓRIA DO BRASIL.NET. *Quilombos e quilombolas - resumo*. 2005. Disponível em: <<https://www.historiadobrasil.net/quilombos/>>. Acesso em: 12 jun. 2021. Citado na página 18.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo, SP, Brasil: Editora 34, 1993. Citado na página 17.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo, SP, Brasil: Editora 34, 1999. Citado 3 vezes nas páginas 15, 16 e 17.
- NERI, M. C. *Mapa da exclusão digital*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: FGV/IBRE, 2003. Citado na página 16.
- SILVA, G. da; ARAÚJO, M. *Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas*. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Educação, 2005. Citado na página 41.
- SILVEIRA, S. A. da. *Exclusão Digital*. São Paulo, SP, Brasil: Fundação Perseu Abramo, 2001. Citado na página 16.
- SILVERSTONE, R. *Por Que Estudar a Mídia?* São Paulo, SP, Brasil: Edições Loyola, 1980. Citado na página 16.
- SORJ, B. *brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação*. Brasília, DF, Brasil: Jorge Zahar Ed., 2003. Citado na página 15.
- TAKAHASHI, T. O. *Sociedade da informação no Brasil : livro verde*. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Citado 2 vezes nas páginas 15 e 17.


THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes, 1998. Citado na página 16.

WOLTON, D. *Uma teoria crítica das novas mídias*. Porto Alegre, RS, Brasil: Sulina, 2003. Citado 2 vezes nas páginas 16 e 17.

# Apêndices

# APÊNDICE A – Questionário Comunidades Quilombolas Boninalenses

Figura 36 – Página 1 do questionário



**INSTITUTO FEDERAL**  
Bahia  
Campus Seabra

## Comunidades Quilombolas Boninalenses

**ENTREVISTA**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Comunidade:     Mulungu     Olhos D'Aguiha     Capão     Conceição     Cutia

**I - PERFIL SOCIOECONÔMICO**

**1. Faixa etária**  
 12 a 16 anos     17 a 20 anos     21 a 24 anos     25 a 30 anos     31 a 40 anos  
 41 a 50 anos     51 a 60 anos     61 a 70 anos     71 a 80 anos

**2. Estado civil**  
 Solteira(o)     Casada(o)     Separada(o)     Divorciada(o)     Viúva(o)  
 União estável     Outro

**3. Sexo**  
 Masculino     Feminino     Prefiro não informar

**4. Quantas pessoas residem em sua casa?**  
 1     2     3     4     5     6     7     8     9     Mais

**5. Na sua casa, quantas pessoas trabalham?**  
 0     1     2     3     4     Mais

**6. Qual a renda mensal da sua casa?**  
 Sem renda - R\$ 0,00     Até meio salário mínimo - R\$ 0,01 a R\$ 550,00  
 Até 1 salário mínimo - R\$ 550,01 a R\$ 1.100,00     Até 1 salário mínimo e meio - R\$ 1.100,01 a R\$ 1.650,00  
 Até 2 salários mínimos - R\$ 1.650,01 a R\$ 2.200,00     Mais - a partir de R\$ 2.200,01

**7. Quantas pessoas exercem atividade doméstica na sua casa? (contando com você)**  
 1     2     3     4     Mais

**8. Quantos dias na semana você exerce atividade doméstica em sua casa?**  
 0     1     2 a 3     4 a 5     6 a 7

**9. Quantas horas por dia você exerce, na sua casa, atividade doméstica?**  
 0hs     1 a 2hs     3 a 4hs     5 a 8 hs     Mais

**10. Qual o seu nível de escolaridade?**  
 Cursando Fundamental 1     Fundamental 1 incompleto     Fundamental 1 completo  
 Cursando Fundamental 2     Fundamental 2 incompleto     Fundamental 2 completo  
 Cursando Ensino Médio     Ensino Médio incompleto     Ensino Médio completo  
 Cursando Graduação     Graduação incompleta     Graduação completa  
 Cursando Pós-graduação     Pós-graduação incompleta     Pós-graduação completa

**11. Quantos dias na semana você estuda?**  
 0     1     2 a 3     4 a 5     6 a 7

**12. Quantas horas por dia você estuda?**  
 0hs     1 a 2hs     3 a 4hs     5 a 8 hs     Mais

Figura 37 – Página 2 do questionário

**II - LETRAMENTO DIGITAL**

**13. Já utilizou algum computador antes?**  
 Sim  Não

**14. Qual o seu nível de conhecimento em informática?**  
 Sem conhecimento  Básico  Mediano  Avançado

**15. Com qual frequência você utiliza o computador durante a semana?**  
 Nunca  1 vez por semana  De vez em quando  Diariamente, 1 vez ao dia  Diariamente, várias vezes ao dia

**16. Você possui computador em casa?**  
 Não possui  Sim, próprio  Sim, de familiares

**17. Em sua comunidade há algum laboratório de informática?**  
 Sim  Não

**18. Você utiliza computador em sua escola?**  
 Sim  Não

**19. Quais dessas peças de um computador você conhece?** (pode marcar mais de uma opção)  
 Gabinete  Estabilizador  Mouse  Teclado  Monitor  
 Processador  Placa-mãe  HD  Memória RAM  Fonte

**20. Você sabe utilizar quais destes aplicativos?** (pode marcar mais de uma opção)  
 Editor de texto (Bloco de Notas, Word, Writer etc.)  Editor de planilhas eletrônicas (Excel, Calc etc.)  
 Editor de apresentação (Power Point, Impress etc.)  Compactador de arquivos (WinRAR, WinZIP, 7-Zip etc.)  
 Navegadores de internet (Chrome, FireFox etc.)

**21. Acessa a Internet?**  
 Sim  Não

**22. Com qual frequência você acessa a Internet?**  
 Nunca  De vez em quando  Diariamente, 1 vez ao dia  Diariamente, várias vezes ao dia

**23. Dos locais abaixo relacionados, em quais deles você obtém acesso à Internet?** (pode marcar mais de uma opção)  
 Residência  Trabalho  Casa de amigos, vizinhos ou parentes  
 Escola/Universidade  Lan House  Rede móvel (dados móveis)

**24. Quais os locais de onde você acessa a Internet com mais frequência?** (pode marcar mais de uma opção)  
 Residência  Trabalho  Casa de amigos, vizinhos ou parentes  
 Escola/Universidade  Lan House  Rede móvel (dados móveis)

**25. Participa de redes sociais na Internet?**  
 Sim  Não

**25.1 Quais?** (pode marcar mais de uma opção)  
 Instagram  Facebook  Twitter  WhatsApp  Outra

**26. Você acompanha as notícias pela Internet?**  
 Não  De vez em quando  Frequentemente

**27. Você precisa, gosta ou gostaria de utilizar o computador para quê?**  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**28. Em sua opinião, qual a importância do entendimento da informática pela sua comunidade?**  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_